

Apresentação

Desta vez, a edição número dois da **Tópica** vem discutir a questão central de uma instituição psicanalítica, a sua formação e consolidar, por este caminho, a seriedade permanente com que o GPAL tem trabalhado pela Psicanálise em Alagoas.

O dois da edição pode estar configurado como uma resposta ao esforço árduo dos seus analistas e é de fato, a melhor resposta que poderiam receber para reafirmar o avanço de seus trabalhos.

É, portanto, com muita alegria e muita honra que mais uma vez entro nesta empreitada, querendo participar do mesmo entusiasmo que norteia os membros do Grupo Psicanalítico de Alagoas.

Os textos que serão apresentados sobre a formação psicanalítica, certamente, vão suprir de forma satisfatória a importância do tema. O que, então, acrescentar de forma a somar neste contexto?

Talvez valesse a pena pensar na situação da Psicanálise no momento presente e refletir sobre a formação do psicanalista inserida em seu tempo, o tempo de hoje.

A Psicanálise vive momentos de grande apreensão quanto ao seu destino. Os psicanalistas começam a ficar inquietos com a tentativa de banalização e contestações superficiais que a cerca, com a fragmentação das suas instituições, das suas clínicas e da sua construção teórica.

O terreno psicanalítico tem se mostrado fértil e sedutor para os que o vêem como um espaço sem dono. São os posseiros da Psicanálise que conseguem vender uma imagem facilmente comprada por aqueles que desconhecem seus preceitos, tão defendidos pelo seu fundador.

Hoje de forma surpreendente, pelo menos aqui no Brasil, assistimos à briga dos psicanalistas para arrancá-la das discussões que são levantadas na câmara dos deputados numa tentativa de enquadrá-la dentro das leis da regulamentação, do discurso de alguns evangélicos que a sentem apropriada para resolver os impasses religiosos da culpa e da fé, das formações que são oferecidas obedecendo às leis do comércio, ressaltando a vantagem do menor tempo e menor preço, etc.

Neste campo de batalha, este da psicologia das massas, fica difícil saber quem é ou não psicanalista. Nas próprias instituições de Psicanálise não é fácil responder a essa pergunta. Se pudéssemos fazer um paralelo com as religiões, diríamos que não é fácil saber quem é ou não eleito de Deus.

Os preceitos de Freud para a formação de um psicanalista foram, principalmente, a análise pessoal, uma análise didática, a supervisão e a familiarização com a teoria, ensinada nas instituições psicanalíticas.

Era contra qualquer regulamentação da Psicanálise e qualquer determinação de quem devia ser ou não psicanalista. Em contrapartida sempre foi radical na preservação da teoria e prática psicanalítica. Considerava que existiam dois pontos nodais, arcações do inconsciente, que não podiam ser mudados sem destruir a construção inteira da Psicanálise e nunca admitiu confundi-la com as terapias criadas por Jung e Adler, que reformularam o conceito da libido e o complexo de Édipo vinculado à castração.

Paradoxalmente, deixou as demais questões abertas ao debate, ao avanço, sabendo que quando se trata do homem, tudo termina como um enigma, como um impossível de resposta.

Acredita-se que na formação do psicanalista atual, deve caber, além das recomendações freudianas, com toda ênfase na análise pessoal e na supervisão, uma pergunta de Lacan, central e metódica que é: **o que é um psicanalista?** Em outras palavras, é uma pergunta que tem como preceito ser colocada à frente de qualquer atividade de escola seja de ensino, seja de aluno, nas questões administrativas da instituição ou na sua política. É uma pergunta que perpassa o analista, o analisando, o mestre e o aluno penetrando continuamente e metodicamente enquanto se reúnem, para que mantenham viva a inserção do um por um, deixando espaço para que se fale em nome próprio.

O vazio que se forma pela ausência da resposta a essa pergunta, é aquele em que deve girar a formação na instituição. Em torno dessa falta, que mostra que o analista não existe, e que tal pergunta, mesmo sem resposta é a causa do desejo de saber. É a partir daí que uma formação psicanalítica pode ser referendada.

Neste sentido, todos os psicanalistas estarão sempre em formação. Não há em Psicanálise um caminho percorrido, terminado ou respondido, uma formação encerrada, mas há uma instituição que precisa ofertar os meios para uma formação permanente, sempre guiada pelo discurso analítico.

O psicanalista do século XXI não pode estar alheio à sociedade e a política. Nunca pôde, a exemplo de Freud que analisou com profundidade, os acontecimentos do seu tempo, associando e dando relevo à subjetividade nesse social, a partir de seus textos como, **O Futuro de uma Ilusão** (1927), e o **Mal-Estar na Civilização** (1930), nos seus contatos pessoais, e ao mesmo tempo tão públicos, como a sua correspondência com Einstein onde trata do **Por que a Guerra** e do futuro da civilização. É o psicanalista, em sua subjetividade, colocando o discurso psicanalítico em circulação em todos os campos da sociedade. Por este ângulo, põe-se também em relevo a importância da Psicanálise Aplicada, aquela que tem faltado nas instituições públicas e privadas, a Psicanálise na cidade.

Lacan se posiciona, claramente, sobre essa responsabilidade, quando em "Função e Campo da Fala e da Linguagem", se dirige aos analistas incitando-os com frases como essa: **"Que conheçam bem a espiral onde sua época os arrasta na obra continuada de Babel, e que conheçam sua função de intérprete na discórdia das linguagens"**.

Se não há uma resposta para **o que é um psicanalista**, há uma aposta nesse ponto de impossível sobre o qual gira a formação. A **Tópica** número dois, aí está como consequência. É isso que nos relança para a próxima edição e adiante.

Recife, 29 de agosto de 2003.

Rosa Maria de Lima Reis.

Psicanalista da Escola Brasileira de Psicanálise

Desta vez destacando a questão da formação dos analistas, TÓPICA quer trazer para a discussão esse tema tão central na psicanálise e apresentar com ele, novos trabalhos gerados a partir de uma elaboração própria. Isto, em si, já denota modificações que vem ocorrendo já há alguns anos na bibliografia nacional, onde a produção psicanalítica apresenta importantes trabalhos de autores brasileiros cuja qualidade é (re)conhecida.

A participação de psicanalistas - inclusive em Alagoas - em movimentos sociais e culturais, em saúde pública, em hospitais, em empresas, etc, e o seu efetivo envolvimento no tratamento das mais variadas doenças psíquicas como a depressão, a melancolia, o autismo, a perversão, faz retornar a questão da formação psicanalítica exigindo fidelidade ao texto freudiano, ao mesmo tempo em que nos solicita um posicionamento frente às questões que a contemporaneidade nos conclama a participar neste início de século XXI.

A dita crise da psicanálise parece apontar para um desafio mais do que para uma morte anunciada. Desafio de repensar seus rumos diante do sujeito colocado frente ao seu desamparo e às suas novas formas de subjetividade, e de se contrapor a ilusão da cura e da salvação.

O sujeito atual é cada vez mais intolerante ao sofrimento e busca na literatura de auto-ajuda, na psicofarmacologia, na religiosidade mística, na psicoterapia de resultados, o milagre do imediatismo. Devemos pensar a “crise” com naturalidade, onde a psicanálise é apresentada como irrelevante porque não mágica. Aliás, isto não é novidade pois o próprio Freud em “As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica” diz que as críticas à psicanálise apenas comprovariam a sua veracidade.

O que parece imprescindível diante de tudo isso é o questionamento sobre o novo psicanalista que, enquanto indivíduo, está inserido neste contexto, e saber que tipo de escuta estamos podendo fazer desse sujeito contemporâneo.

Maceió, 30 de outubro de 2003.

Fernando Barbosa de Almeida
Presidente do GPAL

QUINTAS CULTURAIS

Atividade permanente, onde se abre o espaço para
apresentação de filmes e trabalhos com
posterior discussão à luz da psicanálise.

Sobre a formação psicanalítica¹

Graça Freitas² e Lenilda Estanislau Soares de Almeida³

"Só um homem que realmente sabe é modesto; pois ele sabe quão insuficiente é seu conhecimento".

Sigmund Freud

Resumo

Este trabalho descreve a trajetória de Freud acerca da formação psicanalítica. Inicia-se com alguns marcos importantes da história do movimento psicanalítico, onde a partir do ano de 1902, jovens médicos procuravam Freud com o objetivo de aprender, praticar e difundir o conhecimento da psicanálise, até os métodos de formação psicanalítica – ainda em uso hoje em dia – onde se fala dos quatro trabalhos essenciais que constituem a psicanálise: a análise pessoal, a teoria, a prática e a supervisão.

Para falar sobre formação psicanalítica, faz-se necessário falar sobre algumas passagens da história do movimento psicanalítico. Escreve Freud no texto A História do Movimento Psicanalítico, volume XIV da edição Standard Brasileira:

"A partir do ano de 1902, certo número de jovens médicos reuniu-se em torno de mim com a intenção expressa de aprender, praticar, e difundir o conhecimento da psicanálise. O estímulo proveio de um colega que experimentara, ele próprio, os efeitos benéficos da terapêutica analítica. Reuniões regulares realizavam-se à noite em minha casa, travavam-se debates de acordo com certas normas, e os participantes se esforçavam por encontrar sua orientação nesse novo e estranho campo de pesquisa e de despertar, em outros, o interesse por ele". (1914:36)

"Julguei necessário formar uma associação oficial porque temia os abusos à que a psicanálise estaria sujeita logo que se tornasse popular. Deveria haver alguma sede cuja função seria declarar 'todas estas tolices nada têm a ver com a análise; isto não é psicanálise''. (1914:56)

"O objetivo da associação era 'promover e apoiar a ciência da psicanálise fundada por Freud, tanto como psicologia pura,

como em sua aplicação à medicina e às ciências mentais, e cultivar o apoio mútuo entre seus membros para que fossem desenvolvidos todos os esforços no sentido da aquisição e difusão de conhecimentos psicanalíticos". (1914:57)

Como vimos nos parágrafos acima citados, os caminhos que levam a uma formação psicanalítica são questionados desde os primórdios dos estudos sobre psicanálise.

No final de 1890, os alunos de Freud na Universidade submetiam-lhe, de tempos em tempos, seus sonhos. Psicólogos ou médicos solicitavam-lhe ajuda no tratamento dos sintomas neuróticos. "Estas análises precoces eram, segundo Bernfeld, verdadeiras didáticas." (Safouan, 1985:16)

Foi por ocasião da criação do Instituto de Psicanálise de Berlim que foram decididos os métodos de formação psicanalítica ainda em uso.

Em 1905, Freud iniciou com analistas análises mais longas. Ele estabelecia a duração da análise e o ensino teórico de seus aluno-analisantes, conforme a natureza dos sintomas neuróticos com os quais lidava, embora conservasse suas didáticas livres das regras administrativas e das considerações políticas.

¹ Trabalho apresentado da II Jornada Interna do GPAL em Dezembro/2002.

² Psiquiatra e psicanalista do GPAL.

³ Psicóloga e psicanalista do GPAL.

Sobre a formação psicanalítica

Segundo Bernfeld, a história da psicanálise didática se distingue em dois períodos:

O primeiro vai dos primórdios da psicanálise até 1923-1924. Nessa época, conduzia-se a análise do modo já descrito. Posteriormente, Abraham, Ferenczi e Federn juntaram-se a ele. Desse período, ficou o aprendizado de que a auto-análise não podia esclarecer a curiosidade e nem ajudar nas dificuldades pessoais de quem exercia a psicanálise, sendo iniciativas dessas pessoas solicitar uma análise pessoal a alguém que conhecesse um pouco mais e merecesse essa confiança.

O grupo berlinense, sentindo a necessidade de uma análise pessoal, convida Hans Sachs para ir à Berlim se especializar na análise dos analistas, tornando-se, então, o primeiro analista didata. Muito cedo, Sachs percebeu a dificuldade de conduzir essas análises e, ao mesmo tempo, supervisionar o trabalho terapêutico desses analistas, discutindo com eles as questões teóricas e técnicas. Com sabedoria, ele separou suas análises de quaisquer ensinamentos, limitando esse último aos seminários feitos na clínica.

O segundo período vai do final de 1923 ao início de 1924, marcado pela decisão da Comissão de Ensino da Sociedade de Berlim de regulamentar suas atividades. A Comissão ofereceu um programa de ensino completo aos psiquiatras que aceitaram as condições impostas: seria poder da Comissão aceitar ou rejeitar irrevogavelmente o candidato, conforme a impressão recebida depois das três entrevistas sucessivas a que se submeteria; o candidato deveria se submeter a uma primeira análise pessoal com uma duração mínima de seis meses, cabendo à Comissão designar ou não o didata. A partir do parecer deste didata seria decidido, pela Comissão, o momento em que a análise seria suficientemente avançada para que o aspirante pudesse participar das etapas seguintes da formação; também caberia à Comissão decidir quando a análise poderia ser considerada terminada. O candidato deveria fazer seu engajamento e só poderia se designar analista, quando fosse finalmente admitido à sociedade.

“De uma forma geral, a idéia de Freud em relação à Instituição Psicanalítica era garantir as condições de transmissão da psicanálise... Nunca é bom que um psicanalista se encontre na clandestinidade na sua prática. A função da comunidade psicanalítica é evitar qualquer tipo de clandestinidade da prática analítica”. (Pierre Fedida, 1987)

A Instituição é necessária como lugar de encontro, de troca de conhecimentos, de pesquisas, de experiências, de confirmação dos desejos próprios dos que se dedicam a desenvolver teorias e técnicas desta profissão. Nela, constitui-se, enriquece-se, amplia-se o referencial teórico-técnico essencial para o desempenho de profissão tão impossível. A Instituição se constitui um avatar da profissão, responsável não apenas pela autorização, mas sim pelo aval, enquanto evita a clandestinidade e oferece o caminho para a sociedade, dando condições para uma formação séria, nem superficial, nem grosseira, segundo Didier Anzieu (1976). A Instituição se presta a reunir analistas em torno do impossível, necessitando levar em conta o mal estar. Mas o mal estar impõe trabalho e os psicanalistas são obrigados a legitimar sua prática na troca com seus pares, através de suas idéias e comunicações.

Quando falamos de transmissão em psicanálise, falamos não apenas do lugar (Instituição Psicanalítica) onde ela se dá, nem só do sujeito que, supostamente, a transmite ou seu receptáculo num processo único em que o que se transmite é a teoria psicanalítica, mas também do espaço intersubjetivo que a favorece.

Para uma formação psicanalítica, faz-se necessário um bom investimento na análise pessoal, pois antes de ser analista, é preciso ser analisante. Após um período importante de análise, surge o desejo de ser analista, vem vindo também como uma saída para tentar tamponar a angústia, que com a fúria do sintoma, estilhaça o narcisismo que constitui o Eu. Percebe-se *a posteriori*, esta angústia como combustível vital para a análise.

A análise oferece um novo destino à pulsão, como neurose de transferência, permitindo que o analisante se identifique não com o analista, mas com o seu trabalho de investigação.

Trata-se de uma disponibilidade para questionar, não o saber que os impulsos revelam, mas as certezas que o pensamento constrói. É isso que permite ao analisante poder investigar a natureza de suas motivações, de seus sintomas e de suas convicções.

Um segundo momento é o encontro com a instituição, a busca de um saber, de uma teoria ou coisa que o valha para tentar organizar uma compreensão da experiência analítica.

A prática de leitura e a clínica são importantes componentes que forjam este *ser* analista, mas tais componentes se subordinam a uma instância principal, essencial à formação: sua análise pessoal e tudo o que isto significa em termos de uma experiência que reestrutura o sujeito. Tal experiência, entretanto, não é sinônimo de cessação dos efeitos do inconsciente na trama dos desejos que constitui o sujeito. Isto é interminável, pois somos sujeitos originalmente constituídos pela falta e o Eu paira solene em sua ingênua alienação ao Id.

É fundamental para a Instituição Psicanalítica que a aceitação de novos membros em seus grupos de formação passe pela avaliação do tempo e da qualidade da análise do candidato.

A análise pessoal, entretanto, não exclui outras exigências para aqueles que desejam autorizar-se como analista. A construção teórica também é uma preocupação em Freud; a perspectiva de ganho científico, diz ele, é a feição mais orgulhosa e feliz do trabalho psicanalítico. Um esquema de formação, segundo Freud, deve abranger elementos das ciências mentais da psicologia, da sociologia, do estudo da evolução da mitologia. Recomenda, ainda, a familiarização com a sintomatologia da psiquiatria, a psicologia da religião e a ciência da literatura.

Como a formação é permanente, a Instituição é importante como lugar onde diferentes saberes, além da psicanálise, podem se fundir, serem discutidos, uma vez que ela está mergulhada nesses outros conhecimentos que interferem no contexto de trabalho do analista.

Há quatro trabalhos que constituem a psicanálise: trabalho com o texto freudiano, a própria análise, a prática e a supervisão. A característica mais importante desses trabalhos é que nenhum deles, por si só é suficiente na formação de um psicanalista.

Cada analista tem um trajeto singular, cada um enfatizando um ou outro desses trabalhos que constituem a psicanálise, mas sempre um trabalho constituinte e nunca constituído.

O conhecimento da teoria serve de pano de fundo onde o saber psicanalítico provindo da prática é representado e, como reforço desta, a supervisão faz um papel de "costura" da análise pessoal com a teoria e a própria prática, dando oportunidade de pontuar aspectos que o candidato à analista deve ver ou rever em sua análise pessoal.

No que diz respeito ao reconhecimento do analista, Freud parece preferir nos dizer que devemos deixar os próprios pacientes descobrirem que lhes é prejudicial procurarem assistência mental junto a pessoas que não aprenderam a proporcioná-la. Qualquer um, diz ele, que tenha amor à vida, fará essa proibição por si mesmo, e qualquer um, que deseje matar-se dessa maneira, não pedirá permissão.

Referências bibliográficas

Anzier, D. (1976). *Être Psychanalyste*. Paris: Dunod.

Borges, F. (1989). Aventuras de um escuta-dor no reino da Super-visão. *Estudos de Psicanálise*. Nº12, 19-33.

Freud, S. (1977). *A questão da análise leiga*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 20. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1926).

Sobre a formação psicanalítica

Freud, S. (1977). *A história do movimento psicanalítico*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 14. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1914).

Kellner, S. R. de O. (1995). Transmissão em Psicanálise. Contribuições do eTema. *A Clínica Psicanalítica Hoje*. (Anais da Segunda Jornada Norte-Nordeste do Circulo Brasileiro de Psicanálise e Quarta Jornada do Circulo Psicanalítico de Sergipe)

Kehl, Maria Rita. (2002). *Sobre Ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.

Navarro, C. & Pinheiro, M^a de L.E. (1995). Transmissão da Psicanálise. *A Clínica Psicanalítica Hoje*. (Anais da Segunda Jornada Norte-Nordeste do Circulo Brasileiro de Psicanálise e Quarta Jornada do Circulo Psicanalítico de Sergipe)

Safouan, M. (1985). *Jacques Lacan e a Questão da Formação dos Analistas*. Porto Alegre: Artes Médicas.



SIGMUND FREUD COM UM GRUPO DE SEUS COLABORADORES MAIS PRÓXIMOS

Rank, Abraham, Eitingon, Jones, Freud, Ferenczi, Sachs (1920)

A técnica psicanalítica: o percurso seguido na transferência e a utilização da contratransferência.¹

Stella Maris S. Mota²

Resumo:

O processo psicanalítico se estrutura pela sua eficácia técnica, onde são relevantes os fatores transferenciais e o bom uso da contratransferência. A ética torna-se, nesse contexto, imprescindível, por ser um elemento norteador do percurso analítico, garantindo, assim, segurança para o analisante, dignidade para o analista e confiabilidade para a psicanálise.

Uma reflexão sobre a técnica psicanalítica exige antes um breve esclarecimento sobre o conceito de ética. Enquanto entendemos a técnica como procedimento essencialmente racional para alcançarmos um fim, ética diz respeito aos meios que são utilizados para alcançarmos um objetivo, configurando normas. Considerando-se, ainda, que ética define a conduta e que o desejo rege o comportamento, ressaltamos que a ética deve nortear a técnica, sobretudo em se tratando de psicanálise, porque o trabalho analítico só se efetiva a partir e com a subjetividade do analisante. Portanto, cabe ao analista assegurar-se desde o início, de que os princípios éticos estarão apontando o percurso da técnica analítica.

No início das investigações psicanalíticas, a busca era pela eliminação dos sintomas histéricos, restringindo a psicanálise ao método catártico, através da técnica hipnótica. No entanto, após retornar da hipnose, o paciente reapresentava os mesmos sintomas. Tal fato direcionou as pesquisas de Freud para a formação desses sintomas e não apenas para a sua retirada, levando-o ao entendimento dos complexos formadores de tais sintomas, através das associações livres e das reações transferenciais.

Aqui torna-se pertinente lembrarmos que o ser humano não consegue satisfazer todas as suas pulsões, que se manifestam desde o nascimento, por influência da sua disposição inata e da sua cultura. Uma parte dessas pulsões não satisfeitas serão abrigadas no inconsciente, distanciando-se da percepção da realidade. A outra parte, que fora possível satisfazer-se no âmbito da cultura, permeia o curso do desenvolvimento psíquico e é acessada pela personalidade consciente. No entanto, as pulsões

inconscientes fomentam a conduta de transferência, através da catexia libidinal que se antecipa na atitude com o Outro. É assim que se dá a drenagem dos afetos inconscientes em direção ao Outro, o que constitui a formação da transferência. Poderíamos, então, começar a definir transferência com sendo reações emocionais que se apresentam em decorrência de situações vividas num passado, e que são endereçadas a outra pessoa no momento presente, por isso, de forma inadequada.

Devemos, agora, fazer alusão às duas vertentes da neurose de transferência: à disposição, que é inata, e ao fator desencadeante. A disposição foi por Freud, relacionada à própria constituição do analisante e designada, no dizer de Nasio (1999), como nível matricial da transferência. O aspecto desencadeante, na concepção freudiana, resultaria das frustrações impostas pela cultura no curso do desenvolvimento psicosssexual, e que Lacan vincula à significação ou ao "regime de pulsão", mas Nasio, de uma forma mais elucidativa, chama de "véu", para nos reportar à função encobridora da transferência.

Segue-se, então, que a sequência das reações transferenciais gravita a energia libidinal em torno do objeto de transferência: o analista — não a pessoa deste, mas aquele que é visto como o suposto saber, o representante psíquico que se "oferta" naquele instante, atrai para si, pelo seu próprio desejo de investigação, a transferência. Aqui, devemos observar o bom uso da contratransferência, no sentido de que o analista não se encontra isento de emoções frente ao material do analisante, mas cabe-lhe ética e tecnicamente saber utilizar-se dos seus desejos de investigação para colocar-se, imparcial, no lugar do objeto de

¹ Trabalho apresentado na II Jornada Interna do GPAL, em dezembro/2002.

² Psicóloga clínica (CESMAC), Mestra em Literatura Brasileira (UFAL), Professora de Psicologia e Sociologia (SEUNE) e membro do GPAL.

A técnica psicanalítica: o percurso seguido na transferência e a utilização da contratransferência

transferência e poder suportar as reações transferenciais. *O objeto "analista" em torno do qual a pulsão gira é, antes de tudo, o furo coberto com o véu do falo imaginário.* Nasio (1999:65). Isso ressalta a primazia da disponibilidade do analista como "superfície de percepção" na estruturação da análise. Assim, o lugar do analista é o lugar do objeto que reflete o véu que encobre o primeiro objeto e sua respectiva frustração.

Em tradução a Lacan, Nasio (1999:72) afirma que *...o amor se dirige ao véu que cobre o objeto* porque, tendo o Eu se identificado com o objeto que lhe foi recusado na relação de transferência, só poderá se dirigir ao véu que encobre esse objeto, enquanto revela as reações e os afetos desse percurso.

Na realidade, quando esses afetos são drenados na relação com o Outro, proporcionam a recordação das imagens infantis, constituindo essencialmente as repetições dos relacionamentos objetivos da infância e, por isso, são vivenciados como sentimentos, impulsos, desejos, medos, fantasias, atitudes, idéias ou defesas; tudo isso de forma inconsciente, enquanto reatualiza a frustração da satisfação dos desejos sancionados pela cultura. É nesse propósito, o da busca incessante pela satisfação da pulsão, que surge uma das características mais marcantes da transferência: a repetição.

Sendo a transferência uma reedição de um relacionamento objetal da infância primitiva, aponta, então, para a satisfação das pulsões interditadas pelas leis da cultura que permeia todo o desenvolvimento psicosssexual. Pulsões não satisfeitas vão compor o cenário inconsciente, e sempre que as circunstâncias parecerem semelhantes e/ou propícias retornam em busca de satisfação. O retorno dessas pulsões endereçadas ao Outro na situação presente constitui as reações transferenciais. Essas reações revelam-se, principalmente, pelas resistências apresentadas ao trabalho psicanalítico, quando a postura do analista provoca a fantasia de interdição. No entanto, o trabalho analítico também traz a possibilidade de tornar consciente o mecanismo dessas reações transferenciais, o que faz cessarem as repetições, enquanto outro caminho é dado ao desejo de satisfação das pulsões: a sublimação, estágio conclusivo de uma análise.

Mas, é pertinente lembrarmos, ainda, das características de intensidade, ambivalência, inconstância e tenacidade, que nos asseguram tratar-se de fato das reações transferenciais.

As reações emocionais intensas e dirigidas ao analista, bem como a completa ausência de reações, o que comumente indica medo de expressar emoções por motivos neuróticos, consistem em reações transferenciais. Tanto os sentimentos de amor como os de ódio se fazem presentes na transferência, no entanto, o que de fato a define é o caráter de inadequação, uma vez que as atitudes do analista não devem justificar em si as emoções do analisante. Eis porque se torna imprescindível a postura imparcial do analista.

No entanto, além da inadequação das emoções do analisante, a intensidade e a ambivalência dessas emoções também se tornam evidentes, em análise, no processo de transferência. As emoções são vividas com exagerada intensidade no processo analítico e, não raro, o analisante experiencia somatizações ou fragilidades. A essa altura dos acontecimentos, o analisante dá um sentido a cada um dos seus sintomas e cabe ao analista decifrá-los. Decifrar os sintomas do analisante é tarefa que requer mais do que aquilo que a técnica pode nos subsidiar, exige mais uma vez o desejo do analista de fazê-lo bem. Nessa perspectiva, Nasio (1999:12) nos lembra que *...o sentido, isto é, a relação do Eu com o sintoma, se decide principalmente na relação com o primeiro gesto, com a primeira decisão de recorrer ao Outro.*

A ambivalência, ou seja, a coexistência de sentimentos opostos, bem como a inconstância com que eles se expressam, também conduzem o analisante à exacerbação das suas reações transferenciais de forma rígida e tenaz, uma vez que são oriundas das defesas inconscientes. Esses aspectos são pontos de grande importância para o analista, porque indicam o caminho deslocado das pulsões, o que favorece a interferência analítica sobre as resistências que se apresentam nas reações transferenciais.

Quando o neurótico busca, através da repetição, uma oportunidade, embora tardia, para reviver a situação de tentativa do prazer de satisfazer uma pulsão, desloca esses afetos usando as

idéias transferenciais como barreiras para impedir as possíveis associações que o levariam ao desejo interdito, consolidando, assim, as resistências. Entretanto, *o material inconsciente tem um único objetivo — descarga. Não há noção de tempo, de ordem ou de lógica e as contradições podem coexistir sem se anularem reciprocamente*. Greenson (1981:22) porque, na relação transferencial a identificação dos vestígios inconscientes cria um “lugar” que acolhe os acontecimentos psíquicos que, nesse momento, são atemporais. Esse “lugar” que se instaura pela transferência e resistência faz acontecer, revelar o que estava oculto no inconsciente, tornando-se, portanto, de grande valia nas investigações psicanalíticas. Mesmo assim, *a transferência não é, portanto, uma função do analista, mas do analisante. A função do analista é saber utilizá-la*. (Lacan, apud Quinet, 1991:30).

A idéia de que o analista obtém o saber das causas dos sintomas do analisante, a idéia do suposto saber, torna possível a sua entrada no processo analítico, porque aporta a sua confiabilidade e segurança. Desde o primeiro contato se faz necessário ter em mente as possíveis relações transferenciais do analisante, e se deve dedicar grande atenção a tudo que compõe o contato inicial. Já nas entrevistas preliminares torna-se possível perceber se a demanda inicial do analisando é o desvencilhamento de um sintoma, o que constitui requisito essencial para a sua aceitação em análise, uma vez que esse desejo é o que o manterá em processo analítico, apesar das resistências que surgirão naturalmente no mecanismo das reações transferenciais.

Em síntese, queremos lembrar que o relacionamento transferencial é respaldado pela primitiva relação mãe-filho, quando são as impossibilidades de satisfação plena das pulsões o que quebra a simbiose psíquica e começa a estruturar o indivíduo nas suas faltas. Nos quadros de neurose, o que se observa é que as reações transferenciais estão aportadas em três vetores: um indivíduo, um objeto do passado e um objeto presente; lembrando-nos novamente da relação de triangulação afetiva bebê-mãe-figura paterna. Todos esses aspectos estarão presentes, de alguma forma, nas reações transferenciais, razão pela qual tudo em análise deve favorecer a essas revivências emocionais.

O divã, para o analisante, é um lugar solitário, onde as suas lembranças de frustração e abandono são resgatadas enquanto provocada a sua ânsia por relações objetais. O ambiente psicanalítico deve estar voltado para o objetivo de promover as associações livres da subjetividade do analisante. Assim, a atitude de ocupar o divã e não estar de frente ao analista promove a não objetividade da relação analítica. O falar espontaneamente, também, estimula o reviver das primeiras experiências infantis.

No entanto, a título de esclarecimento, ressaltamos que o processo psicanalítico não cria as reações transferenciais, apenas estimula, desde o ambiente e a postura do analista de forma imparcial, isenta de sugestionabilidades emocionais, até a sua revivência.

Enfim, o enquadramento do trabalho cotidiano de análise, pautado no respeito, no sigilo absoluto e na ausência de julgamentos de valor, ou seja, a ética psicanalítica, reflete o compromisso do analista por si mesmo, pela psicanálise e pelo analisante.

Referências bibliográficas.

Freud, S. (1996). *A dinâmica da transferência*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 12. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1912).

Freud, S. (1996) *Observações sobre o amor transferencial (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III)*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 12. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1915).

Greenson, Ralph R. (1981) *A técnica e a prática da psicanálise*. Trad. Maria Camargo Celidonio. Rio de Janeiro: Imago.

Nasio, Juan — David. (1999) *Como trabalha um psicanalista*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Quinet, Antônio. (1981) *As 4 + 1 condições de análise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Transferência, metáfora do discurso amoroso - Inconsciente, desejo e discurso¹

Nadia Regina Loureiro de Barros Lima²

Resumo

Com este trabalho, propomos discutir algumas idéias em torno da questão da transferência, metáfora do discurso amoroso. Para tal, num primeiro momento, buscamos refletir sobre a função teleológica da Psicanálise para, em seguida, situar a transferência como o motor básico que põe em ação o cenário analítico, palco onde se desenrola uma relação amorosa, tecida através do fio da palavra.

A cena analítica e o reconhecimento simbólico do desejo

"...quanto mais estranho a nós é o desejo que deu origem ao nosso desejo, mais ele tenderá a se repetir em nossa vida sob a forma de destino".
(Kehl, M^a Rita, 1996,207)

Recentemente, chamou-nos atenção a capa de uma revista em que se lia como manchete "*O Fim da Psicanálise? Será que alguém (incluindo você) ainda precisa de Freud?*" (Cavalcante, R. 2002), cujo conteúdo do artigo do mesmo título direciona para um fim próximo desse campo do saber inaugurado pelo mestre de Viena, diante do crescente avanço da indústria farmacêutica. Será? Será que as dores da alma, que tanto afligem os mortais da espécie humana, se resolveriam com "prosacs" e similares, destinados a amenizar estados depressivos?

Pelo que consta na história da humanidade, tudo indica que a condição de incompletude, própria ao ser humano, acompanha-lo-á sempre, independente das benesses trazidas pelo avanço da medicina ou da química farmacêutica, e isso porque a falta é inerente ao ser humano; paradoxalmente, essa falta, que aponta para a finitude e para a morte, é exatamente o que move a vida e o desejo de viver, pois é a incessante busca de completude que faz os viventes persistirem na sua caminhada. Se assim for, a

psicanálise sempre terá sentido, visto que a sua finalidade não se encontra na resolução de sintomas (como é o caso da medicina), uma vez que não cabe a ela se ater nem aos sintomas nem a sua resolução que, quando vem, é por acréscimo. Outrossim, não lhe cabe responder às necessidades e demandas, tendo em vista a adaptação existencial, como é o caso da psicologia.

Qual, então, o possível sentido da psicanálise?

Considerando ser o desejo objeto por excelência desse campo do saber inaugurado por Dr. Freud, todo o movimento deste campo far-se-á em torno daquele, do desejo, que sempre estará para aquém e além do sujeito, donde a posição deste ser sempre a de "assujeitado a". Tal assujeitamento advém de um não-saber em relação ao desejo e isso acontece porque os nossos desejos não são nossos, mas de outrem, que chegam até nós por herança, desde que nascemos. No âmbito coletivo, esse fato, historicamente acentuado no período pós-II Guerra Mundial, diante de uma juventude liberta, mas também desamparada, por desconhecer o sentido dos discursos advindos com o fim das tradições, levou o poeta René Char a dizer: "*Nossa herança nos foi deixada sem nenhum testamento.*" (Kehl, M^a Rita, 1996:206). Kehl, por sua vez, traz as palavras do poeta para o campo psicanalítico e, atentando para a relação, desconhecimento do desejo x repetição como *destino*,

¹ Trabalho apresentado na II Jornada Interna do GPAL, em dezembro/2002.

² Psicóloga clínica, Mestra em Sociologia (UFPE), membro do NTMC/UFAL, da REDOR e do GPAL.

acrescenta às palavras dele que, “*sem nenhum testamento, não sabemos desfrutar da herança que nos foi legada,*” (Kehl, 1996:207) em outras palavras, quanto mais estranho o desejo, mais se repetirá como destino.

O inconsciente, em última instância, é esse não-saber em relação ao desejo, que na análise é atualizado, com analistas funcionando naquele lugar de intérpretes do desejo do Outro, escutando no dito o “não dito”, ajudando a decifrar incógnitas da história de vida de analisantes, a preencher lacunas e buracos do passado, buscando apreender os “x” da questão; o desejo pode ser comparado com aquele x da matemática que, na análise, poderá vir a ser revelado, a partir da intervenção analítica, dirigida à leitura dos desejos herdados, buscando o reconhecimento simbólico desses desejos. Tomando como diretriz o aforismo freudiano “*Wo Es war, soll Ich werden. Là où fut ça, il me faut advenir. Lá onde isso foi, ali devo advir*”, (Lacan, J. 1957 [1998]: 528) a função precípua da psicanálise é trabalhar no sentido de que o desejo infantil, desejos caóticos da primeira infância, venha à tona e, em vindo, que sejam reconhecidos simbolicamente; nesse sentido, o que se busca na cena analítica é reconhecer nossa história dos desejos contada nessa história da qual, a partir de uma nova recombinação de elementos, poderá advir uma nova história. Não a história do mundo, porque não se faz análise tendo como objetivo primeiro mudar o mundo, mas sim mudar a nossa relação com o mundo, nos ajudando a dar conta de nossos fantasmas, simbolizando o imaginário.

É nesse sentido que uma analisante, avaliando sua relação familiar, chega a afirmar que, apesar de sempre ter tido uma relação difícil com a mãe, “*hoje está cada vez melhor. Não sei como, porque ela continua a mesma...*” Dando prosseguimento à sua fala,

acrescenta que sempre teve vontade de se mudar, ficar longe da família e conclui dizendo: “*Eu não me mudei pra outro canto, mas eu mudei, acho que por isso minha relação com minha mãe mudou.*”

Explicitando o sentido da psicanálise, Birman (1996) a concebe como uma *ficção* necessária, ao afirmar que o que se busca com uma análise é uma “*estilística da existência*” e, assim sendo, a psicanálise estaria muito mais para a ética e estética do que mesmo para a ciência; é nesse sentido também que, no processo analítico, a história falada pelo³ analisante não tem compromisso com a história real de suas vidas, adquirindo um sentido “*ficcional*”, e uma nova história de vida poderá vir a ser contada. Seguindo o trajeto dessa mesma linha de raciocínio, Kehl enfatiza o sentido da análise, diante da possibilidade de se contar uma nova história para si mesmo, lembrando o que disse uma de suas analisantes num momento positivo de seu percurso analítico: “*Nunca é tarde para se ter uma infância feliz...*” (Kehl, 1996:198). Outrossim, uma outra, que sempre se queixara da infância infeliz, com todos a lhe “*jogarem pedras*”, no decorrer de seu processo analítico, reconsidera sua fala, dizendo que está começando a lembrar de momentos bons da infância, “*antes, só me lembrava de coisas ruins e agora começo a ver que não foi tão trágica assim (...)*”. Essa revisão simbólica da história de vida a leva a constatar que, se antes só via todos a lhe jogarem pedras, agora começa “*a perceber que jogavam pedras sim, mas eu é que colocava as pedras nas mãos deles, pra jogarem em mim*”. No discurso, uma nova história começa a ser delineada.

Através da fala, no cenário analítico, a história de vida vai sendo reconstruída, à medida que é simbolizada e, através desse processo, elementos se combinam e recombinaem na estrutura discursiva, não no sentido de alterar a estrutura, mas de simbolizar o imaginário, através da fala.

³ Estamos usando o símbolo @ para masculino e feminino, quando falamos dos dois sexos.

Pela transferência, a reedição de uma cena amorosa

"O que são as transferências? São reedições, reproduções das moções e fantasias (...) substituir uma pessoa anterior pela pessoa do médico." (Freud, F. 1905[1901]:110)

"A transferência é algo que põe em causa o amor (...) o amor é dar o que não se tem". (Lacan, J. 1960[1992]:71, 126)

Estando a Psicanálise inserida no campo das representações, o que acontece no cenário analítico é a reedição simbólica do ocorrido no passado remoto da infância de cada analisante, quando se vão repetir cenas de afetos (através da palavra) vivenciadas com outros personagens que, naquele momento, serão substituídos pela pessoa d@ analista. A isso se dá o nome de transferência. Segundo Kaufmann, esse termo foi usado por Freud, pela primeira vez, e em francês, por volta de 1888, num artigo sobre histeria, para o dicionário médico de Villaret e significava "mudança do sintoma histérico de um lado para outro do corpo" (Kauffman.P.1996:548); é só em 1895, em seu artigo sobre "Estudos sobre Histeria", que vem a usar o termo no sentido que hoje conhecemos e, desta feita, transferência (Übertragung) é comparada à falsa ligação, por envolver @ analista na psicanálise de um sujeito. Nesse sentido, adquire um caráter perturbador devido ao surgimento, na análise, do amor que se volta para @ analista, desempenhando ao mesmo tempo uma função reveladora (do passado) e de resistência (ao relato desse passado). Mais tarde, em 1915, em "Observações sobre o amor transferencial", Freud vai questionar se este não será a cópia de uma amor antigo para, em seguida, reconhecer que não há por que se admirar desse

fato, tendo em vista que todo enamoramento repete modelos infantis.

Lacan, por sua vez, desde 1951 já se preocupa com a elaboração conceitual desse termo e, em "Intervenção sobre a transferência", faz uma análise da transferência de Dora, no sentido de inversões dialéticas; mais tarde, em 1953, nos "Escritos técnicos de Freud", se preocupa com a dimensão simbólica da transferência, remetendo a Freud, que a via como deslocamento dos elementos inconscientes, buscando o lugar do Outro nos furos presentes da fala.

Na análise, a que Outro @ analisante se dirige?

Essa questão faz sentido porque a transferência se passa entre o Outro e o eu, como Freud apontara no caso Dora, articulando o lugar simbólico ocupado pelo Sr. K.; esse Outro é um lugar (de significantes), para o qual o saber do sujeito é transferido, se repetindo não simplesmente uma cena ocorrida no passado, mas edições revistas e corrigidas dessa cena: o passado do sujeito é um passado falado no presente, uma realidade topológica e por isso, "Nunca é tarde para se ter uma infância feliz..." Em 1960, no seu seminário sobre a transferência, Lacan compara o Banquete de Platão com uma sessão de análise, atribuindo a Sócrates o lugar de analista, condição necessária à elucidação da verdade no amor transferencial. No Banquete, Diótima, a estrangeira de Mantinéia, fala em seu lugar sobre o amor; esse tema, fundamental para fazer entender o que se passa na transferência, é evidenciado por Lacan, no Banquete e, particularmente, diante da declaração de amor de Alcebiades por Sócrates, quando este lhe responde: "Não foi para mim que você falou, mas para Agatão." (Lacan, J., 1960 [1992]:140).

Transportados... Afetos são transportados, de um para outro lugar, o amor a transportar e uma cena a ser reeditada.

Através da palavra, a tessitura do cenário analítico

"(...) – *Metáforas, homem!*
– *Que são essas coisas?*
– (...) *são modos de dizer uma coisa*
comparando com outra."

Antonio Skármeta – O carteiro e o poeta.

Se a transferência é a metáfora do desejo, como esse desejo é apreendido numa relação analítica?

Se tomarmos a palavra metáfora como substituição de um termo por outro, é possível afirmar que a transferência consiste numa metáfora amorosa, na medida em que personagens afetivamente significativos são substituídos por outros; do mesmo modo que, no sonho, desejos são substituídos por imagens, na cena analítica, aqueles personagens dos amores primeiros são substituídos por analistas. Nesse cenário, diante do que é dito, cabe @ analista remeter ao simbólico, onde cenas são reeditadas.

Desde criança, recebemos de nossos ancestrais, a herança parental, que vai desde o nome – "*Nome não se dá, se recebe, é presente...*" – aos desejos, que nos são introjetados e que, com o passar do tempo, assumimos como se fossem nossos; não só assumimos, mas nos angustiamos, quando desconhecemos a trajetória dessa herança. É disso que fala uma analisante, ao enunciar "*Eu não gosto de meu nome, desde menina, no colégio, tinha vergonha de dizer o meu nome (...).*" Mais tarde, continuando a falar sobre esse incômodo, acrescenta: "*Esse era o nome da minha tia, a primeira mulher de meu pai e irmã de minha mãe, eu não gosto desse nome...parece que eles tinham culpa.*"

O que se busca na análise, portanto, é tentar reconhecer a história dos desejos contada nessa história, na história de vida de cada pessoa, a partir de uma recombinação de elementos propiciada pela relação transferencial. Mas, para que isso ocorra, que condições são necessárias?

Na estrutura da linguagem repousa uma fala, e a estrutura discursiva é apreensível através dessa fala, estrutura essa que domina, metaforicamente, a estrutura psíquica; é graças a essa fala dita no cenário analítico que o desejo é revivido, a partir da relação transferencial. Na palavra dita através da fala do sujeito, a escuta analítica apreende para além do que está sendo dito, no dito, o "não dito"; é dessa forma que, na estrutura discursiva, vai sendo traçado o desenho dos afetos. Os âmbitos do discurso são múltiplos mas, em se tratando do âmbito psicanalítico, interessa buscar os sentidos em que o sujeito falante – o sujeito psíquico – às custas da associação livre e da interpretação –, vai traçando, a partir de seu "romance familiar", a história pessoal, processo esse viabilizado graças à transferência, quando os amores primeiros são transportados e revividos nesse novo cenário amoroso.

A cena analítica, enquanto uma relação entre falantes, é mediatizada pela palavra, pelo código, código este que lhes antecede, já que não é criação individual, porque, como diz Foucault, "*no momento de começar a falar; já me precedia uma voz sem nome*" (Foucault, M. 1980:9); em se tratando da heterogeneidade do discurso, não só uma voz sem nome, mas várias "vozes" possíveis se fazem presentes numa mesma fala é, nesse sentido, poder e desejo estão no controle, limitando o discurso. Este, como palavra em movimento, é viabilizado através da transferência, ocorrente no cenário analítico e tecido pelo fio da palavra, que transporta amor entre parceiros atuantes.

Referências bibliográficas

Birman J. (1996) *Por uma estilística da existência: sobre a psicanálise, a modernidade e a arte*. São Paulo: Editora 34.

Cavalcante, R. (2002). O Fim da psicanálise? Será que alguém (incluindo você) ainda precisa de Freud? *Superinteressante*, Rio de Janeiro: out.2002, nº 42.

Foucault, M. (1980). *El orden del discurso*. Barcelona: Tusquets Editores.

Freud, S. e J. Breuer. (1893 [1895]) (1988). *Estudos sobre a Histeria*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. vol. 2. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1905 [1901]) (1988). *Fragmentos da análise de um caso de histeria*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. vol. 7. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1915 [1914]) (1988) *Observações sobre o amor transferencial (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise e da teoria da psicoterapia III)*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. vol. 12. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1905[1901]) (1988) *Fragmento da análise de um caso de histeria*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. vol. 7. Rio de Janeiro: Imago.

Kehl, Maria Rita. (1996). *A mínima diferença: masculino e feminino na cultura*. Rio de Janeiro: Imago.

Kaufmann, P. (1996). *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. *Intervenção sobre a transferência* (1951) (1998). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 214-225.

Lacan, J. (1953-1954) (1986). *O Seminário: Livro I: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1957) (1998). *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*. In: *Escritos*. R.J.: Jorge Zahar, 496-533.

Lacan, J. (1960-1961) (1992). *O Seminário: Livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Skármeta, A. (1996). *O Carteiro e o poeta*. Rio de Janeiro: Record.

*A propósito da transferência:
"Não esqueça que esses sentimentos
positivos são como o vento que põe em
movimento os mós de nossos moinhos"*

Freud.

O tempo para a análise e o tornar-se analista¹

Fernando Barbosa de Almeida² e Heliane Leitão³

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão acerca do tempo no processo de análise e na formação do analista. Inicialmente procuramos identificar “sinais” que demarquem tanto o início quanto o término de uma análise. A seguir tentamos estabelecer um paralelo entre a análise pessoal e a formação do analista, compreendendo que ambos os processos ocorrem dentro do tempo cronológico e do tempo subjetivo.

O tema do tempo e da análise pode ser considerado em diversas conotações. Podemos pensar em tempo para a análise, tempo da análise, tempo na análise... Análise também podendo ser compreendida como processo interno ou como situação de tratamento. Dependendo da ênfase escolhida priorizamos e significamos a noção de tempo.

A principal dificuldade em tratar o tema do tempo parece ligar-se ao fato dele revelar os limites da nossa ação na análise, seja como analisantes ou como analistas. Assim como a vida, a análise acontece dentro de limites espaciais e temporais.

Neste artigo, nos propomos inicialmente a pensar no tempo em relação ao processo de análise pessoal e em seguida tentarmos apreender o que desta reflexão se aplica ao processo de formação do analista. A questão da identidade, do revelar-se quem sou, perpassa cada um desses níveis de investimento.

Quando se inicia uma análise e **quanto tempo** ela deve durar? E, ainda, **quando** se constitui o **momento** de tornar-se analista? Estas são perguntas fundamentais e que nortearão nossa reflexão. Procuraremos estabelecer um paralelo entre o que constitui o processo de análise pessoal e o processo de formação do analista.

O Tempo e a Análise Pessoal

A análise é conhecida como um processo terapêutico longo. Em alguns contextos esta característica do tratamento é vista como anacrônica e inviável para uma sociedade onde a pressa e a velocidade das informações é predominante. A possibilidade de formas abreviadas de terapia se coloca atraente. Mas o elemento a nortear o tempo de duração da análise passa pela própria compreensão do que a constitui. Em “Análise terminável e interminável”, Freud (1937) afirma que *“se quisermos atender às exigências mais rigorosas feitas à terapia analítica, nossa estrada não nos conduzirá a um abreviamento de sua duração, nem passará por ele.”* (p. 239).

A questão do tempo no processo de análise remete a duas principais conotações. Primeiramente podemos falar do **tempo pessoal e subjetivo** que determina o momento para se iniciar a análise, e que se caracteriza como o tempo interno necessário para o processo de análise ocorrer na medida em que possibilita as mudanças internas. Mas também podemos falar no tempo objetivo para o tratamento, caracterizado pela delimitação da duração das sessões e do contrato terapêutico.

¹ Trabalho apresentado na II Jornada Interna do GPAL em dezembro/2002.

² Psicólogo clínico (UFPE), Psicanalista e Presidente do GPAL.

³ Psicóloga clínica (UFPE), PhD em Psicologia (University of Kent, Inglaterra), Professora do Departamento de Psicologia da UFAL e membro do GPAL.

O tempo para a análise e o tornar-se analista

Afinal, a análise acontece dentro da dimensão temporal da existência humana e ocorre dentro da cronologia da história de vida do sujeito e suas perspectivas pessoais de passado, presente e futuro.

Estas duas dimensões de tempo se colocam intrincadas e uma não pode se constituir sem a outra. A análise demanda tempo subjetivo interno, como também tempo cronológico. O tempo da análise não se limita ao tempo de duração das sessões ou do tratamento (cronológico) mas remete ao tempo do inconsciente (subjetivo) e envolve o tempo entre as sessões (cronológico e subjetivo). Além disso, o tempo para as mudanças internas no processo de análise é favorecido e pode ser construído durante o tratamento.

Partindo destas duas dimensões do tempo, consideremos as seguintes questões: *Quando* se inicia uma análise? *Quanto tempo* deve durar uma análise? *Quando* se termina uma análise?

- O início da análise:

Quais as evidências de que a análise iniciou? Ou, como sabemos que um cliente está em análise?

Alguns consideram que o processo de análise se inicia no movimento de contactar o analista para marcar uma entrevista. Este gesto e as fantasias que o envolvem estabeleceriam os primeiros elementos fundadores da relação transferencial.

Preferimos adotar uma outra compreensão, que considera o início da análise a partir de sinais que ocorrem dentro de uma relação estabelecida pelo analisante com a pessoa do analista. Estes sinais evidenciam uma implicação do analisante na relação com o analista, reveladores de um investimento em si mesmo. Este fenômeno é possibilitado pela "retificação subjetiva", através da qual o analista busca provocar no analisante uma compreensão de sua posição no real e de sua participação no seu sofrimento (Quinet, 1998). O

analista procura levar o analisante a sair da posição de vítima, se perguntar qual a sua parte na queixa que apresenta e a constatar sua responsabilidade na fabricação da realidade e na escolha de sua neurose. Maria Rita Kehl (2002) afirma que a retificação subjetiva é um dos objetivos iniciais do analista:

Por isso, uma vez instalada a transferência, a segunda tarefa de um analista é produzir o que se chama a 'retificação subjetiva' do analisando: deslocá-lo de suas certezas iniciais, desconstruir o conjunto de argumentos com que ele explica seu sofrimento, procurando colocar-se na posição mais cômoda de vítima do que os outros lhe fazem, para implicá-lo em seu sintoma. (p. 145).

Como consequência, o analisante abandona as explicações prontas e a posição de vítima e assume uma atitude de reflexão pessoal e investimento em si mesmo que marcam o início da análise. De acordo com Kehl (2002), "*quando o analisando deixa de se explicar e passa a se questionar; tem início a análise propriamente dita.*" (p. 146).

Um dos sinais de que a análise iniciou seria, ainda, o uso de associações livres pelo analisante, fato que revela sua sujeição ao inconsciente. Um outro sinal da implicação do analisante na sua relação com o analista, que pode ser considerado como demarcador do início da análise, pode ser visto no seguinte exemplo: o analisante informa que pensou na análise ou no analista no contexto do seu cotidiano, fora da situação das sessões.

- O "término" da análise:

Qual o tempo de duração de uma análise? É possível falar em **término** da análise?

Freud (1913), afirma: "*Na verdade, a pergunta relativa à duração provável de um tratamento é quase irrespondível.*"

(p.170). Segundo Freud (1937), a expressão 'término de uma análise' é ambígua.

Retomando nossas colocações iniciais, talvez seja adequado falar em término da análise dentro do tempo cronológico, mas não no tempo subjetivo. No contexto da subjetividade, a análise pode ser concluída mas não terminada. Enquanto processo interno a análise continua fora da situação de contrato com o analista.

Como não poderia deixar de ser, esta reflexão sobre o tempo evoca o conceito de transferência. O conceito de transferência em si mesmo já remete à questão do tempo. É a relação entre passado e presente, ou melhor, a presentificação do passado, que caracteriza a compreensão dos conflitos e do fenômeno da transferência. A necessidade de comunicação entre passado e presente e a 'integração' destes *dois tempos*, infantil e adulto é definidora da análise. O próprio trabalho do analista é comparado ao do arqueólogo.

Laplanche (1992) nos fala que a análise pode ser compreendida como ao mesmo tempo limitada, infinita e terminável. A análise é limitada pelo inconsciente e no inconsciente. Laplanche nos adverte que podemos nos aproximar desse limite inconsciente e até vencê-lo, mas não aboli-lo. Mesmo limitada (ou talvez justamente por ser limitada), a análise é infinita pois o processo auto-interpretativo é potencialmente infinito. Mas a análise enquanto situação e enquanto tratamento é terminável. Laplanche coloca que o término da análise não pode significar a "dissolução da transferência", mas pode ser concebido na *"transferência da transferência"*. Ou seja, *"pode apenas significar a transferência desse processo de transferência para um ou vários outros lugares, em uma ou várias outras relações"* (Laplanche, 1992, p.173). O importante no processo da análise é a possibilidade de apreensão deste momento crítico em que a transferência da transferência é possível. Apreender este momento possibilita o reconhecimento do término da análise e a permissão para que ele ocorra.

No final da análise o sintoma deve adquirir sua dimensão de significante. É este o processo que parece possibilitar o que Laplanche concebe como a transferência da transferência.

A análise, portanto, continua na transferência a outros objetos e situações, fora do contexto das sessões e do enquadre da relação com o analista. Isto se evidencia no investimento em si mesmo e nas possibilidades de investimento em relações interpessoais e realizações. Isto se expressa no cuidado consigo mesmo, na sublimação e na possibilidade de obtenção de prazer no amor e no trabalho.

Quais os sinais que, na prática, seriam indicadores da aproximação desse momento de conclusão do processo de análise?

A partir de nossa experiência clínica, pensamos num sentimento de "descolamento" no vínculo estabelecido entre o analisante e o analista. O analista sente que sua participação no processo se torna menor e que o analisante se coloca mais ativo e autônomo no encaminhamento das sessões e nas articulações e associações do conteúdo de sua própria fala. O analista vai se tornando menos importante, até que possa deixar de existir. Certamente a compreensão deste processo só pode ocorrer no contexto da transferência e da contratransferência.

Estes sentimentos do analista parecem correlatos do fenômeno de "destituição subjetiva" observado no final da análise (Quinet, 1998; Braga, 1998). Ao final da análise o sujeito se depara com a constatação de ser um ser de pura falta. Durante o processo de análise o analisante vai abandonando os significantes pelos quais ele se representa. Gradualmente abre mão dos significantes que fazem parte do ideal do eu, destituindo também o Outro enquanto ideal. A destituição subjetiva corresponde ao advento do ser. Há uma perda de referências e o analista é destituído enquanto sujeito suposto saber. Quinet (1998) assim descreve este processo:

O tempo para a análise e o tornar-se analista

Isso implica que, do ponto de vista do analisante, o analista é atingido em sua dimensão de Outro aparecendo cada vez mais na posição de resto, reduzindo-se a um significante qualquer. A destituição subjetiva é também destituição do sujeito suposto saber; pivô da transferência, o que promove a dissipação do amor transferencial, perdendo o analista a causa da transferência: agalma. O analista perde o valor de objeto precioso de maravilhamento para adquirir o valor de dejetos, rebotalho do processo analítico. O advento do ser correlato à destituição subjetiva do analisante corresponde no analista a um efeito de "dessa" — ele é deixado, largado como ser pelo analisante. (p. 117)

Sobre o final da análise, Kehl (2002) se refere à necessidade do analisante descobrir o analista como um ser de falta: "*O que o analisando demanda do analista é uma forma de reconhecimento, de saber, sobre o ser. A descoberta dolorosa de que ao analista também falta o ser possibilita ao analisando tomar a seu cargo o enigma do desejo.*" (p.153). Esta constatação possibilita que o analisante não mais busque respostas num Outro mas torne-se autor de seu próprio destino.

No final da análise parece que nos deparamos com a descoberta de que o que encontramos na busca de nós mesmos não nos é estranho; pelo contrário, encontramos aquilo que já conhecíamos desde sempre mas que não ousávamos reconhecer.

O Tempo e o Tornar-se Analista

Como começa o processo de formação? E em que momento nos tornamos analistas? Como reconhecer estes dois momentos?

Vamos considerar estas questões em analogia com as reflexões acima sobre a análise pessoal.

O desejo de tornar-se analista dirige o indivíduo a buscar os caminhos que institucionalmente são exigidos: o estudo teórico sistemático e acompanhado por uma instituição, a prática e supervisão clínica, e a análise pessoal. Tais atividades são planejadas, agendadas e executadas no tempo cronológico. Mas há de existir um momento subjetivo em que se inicia um processo de investimento em si mesmo que acena uma disposição para submeter ao inconsciente os motivos de tal escolha.

A análise de alguém que aspira tornar-se analista tem suas singularidades. A conclusão da análise seria o indicador desta passagem de analisante a analista?

O desejo de tornar-se analista é um sintoma que precisa ser analisado na transferência. A transferência favorece a idealização do analista e o desejo de ser como ele. O processo de "des-idealização" no decorrer da análise leva a uma reorganização do significado do lugar do analista que precisa ser apreendido pelo analisante. Quando o analisante coloca o analista numa posição de menos importância e poder na sua análise, ou seja, quando a conclusão da análise se aproxima, ele coloca a si mesmo numa posição mais igualitária com o seu analista e permite-se trocar de lugar com ele. Abrir mão da idealização do analista significa renunciar à própria onipotência e estar pronto para assumir a posição de analista sem a ilusão de tudo saber.

Isto é possibilitado pela destituição subjetiva referida acima. No final da análise o analisante se reconhece como ser de falta, condição necessária para que ele, quando analista de outros, suporte ser deixado no final como "resto" da experiência analítica.

Sabemos, desde Freud, que a análise pessoal é condição para o exercício da função de analista. É no processo de análise que o analisante se torna analista. Segundo Quinet (1998), o ato

analítico é aquele pelo qual o analisante se torna analista e marca o final da análise.

Para Lacan, o desejo do analista é o desejo de saber, que paradoxalmente está relacionado com o saber ser um resto, um rebotalho (Quinet, 1998). O analista é o sujeito a quem adveio, no final da sua própria análise, o desejo de saber. Quanto ao tempo para que este final de análise (e o tornar-se analista) ocorra não se pode determinar. O que regula o ato analítico está fora da dimensão racional, situando-se do lado do ser, do “sou onde não penso”, do não-saber a priori, e, portanto, do inesperado, escapando a qualquer tentativa de previsão.

Em analogia com as colocações acima acerca do final da análise, aqui também parece ocorrer uma transferência da transferência. O investimento na relação com o analista se desloca agora para outros objetos e, em particular, para a filiação a uma instituição. O “recém-tornado analista” busca na instituição a canalização do seu desejo como analista e na relação com seus pares a reafirmação de sua própria identidade. Além disso, ele traz a público a sua própria condição de analista para ser apreciada e ratificada pela instituição. Em última instância, a instituição é um lugar para a sublimação e para a concretização dos ganhos pessoais obtidos com a análise, ou seja, para a possibilidade de **amar** e de **trabalhar**. A instituição é um espaço para o analista exercer a sua capacidade de **amar** (ou de se relacionar positivamente), através da relação de confraria entre os pares, e de **trabalhar**, através da produção científica.

Isto nos leva a considerar a importância da instituição para a formação do analista e para a Psicanálise. Não há formação do analista, assim como não há “o” analista. O analista se forma num processo único e subjetivo de preparo pessoal. Esta preparação envolve sua análise pessoal, sua prática clínica supervisionada e o estudo teórico. A formação teórica do analista depende da leitura que é capaz de fazer do texto psicanalítico e da sua relação pessoal com os conceitos teóricos experienciados na

prática clínica. A instituição psicanalítica é o lugar para o aprofundamento do conhecimento teórico e para a produção científica. É, ainda, o espaço para o psicanalista compartilhar sua prática e colocar suas questões e impasses pessoais podendo, assim, suportar o lugar de analista.

Concluindo, a formação do analista demanda tempo – cronológico e subjetivo – no estudo aprofundado dos textos, na experiência clínica supervisionada, e, principalmente, na análise pessoal. Assim como uma análise, o processo de formação deve ter um fim cronológico, ele não deve durar para sempre. No entanto, seu término deve ser marcado pela chegada do tempo subjetivo no próprio analisante e manifesto através do seu ato de autorizar-se analista, a ser ratificado pela instituição.

Referências bibliográficas

Braga, A.A.N.M. (1998). O Tempo em Análise!!! Psicologia Ciência e Profissão, 18, n.3, 42-47.

Freud, S. (1996). Sobre o início do tratamento. Em: Novas Recomendações sobre a Técnica da Psicanálise I. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 13. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1913).

Freud, S. (1996). Análise terminável e interminável. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 23. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1937).

Kehl, M.R. (2002). Sobre Ética e Psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras.

Laplanche, J. (1992). Novos Fundamentos para a Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes.

Quinet, A. (1998). As 4 + 1 Condições da Análise. 7ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Demanda de supervisão – o analista e a instituição¹

Ana Lucila B. B. de Araújo e Nádima O. Carvalho da Silva²

Resumo

Este trabalho se propõe a trazer contribuições de diversos autores psicanalíticos, a partir de Sigmund Freud, sobre a técnica e/ou a prática da supervisão na formação do analista. Levanta algumas questões, se esta demanda é dele ou da instituição psicanalítica. Situa a supervisão num lugar privilegiado, de uma escuta da dor, ao lado do estudo do texto freudiano, da prática da psicanálise e, principalmente, da própria análise.

"Dentro de poucos dias, vou enviar-lhe diversas páginas de matéria prima, um rápido esboço de uma análise em que é possível enxergar as próprias raízes da neurose."

(Carta de Freud a Fliess em 25/04/1894, p. 69)

O nosso trabalho é fruto de uma pesquisa essencialmente bibliográfica, tendo como ponto de partida os fundamentos encontrados na obra de Sigmund Freud sobre a supervisão e acrescida de contribuições de diversos autores pós- freudianos.

Um dos mais importantes documentos da psicanálise são as cartas de Freud a seu amigo Wilhelm Fliess, datadas do período de 1887 a 1904. Dessa amizade surgiu a troca de idéias, tanto das atividades do dia-a-dia, quanto das atividades intelectuais e dos casos clínicos: nome e horário da consulta, tudo era revelado a Fliess em papéis timbrados durante os dezessete anos que abrangem do nascimento ao desenvolvimento da psicanálise.

As cartas de Freud a Fliess não trazem no seu conteúdo o talento literário do qual ele era possuidor, pois estas eram informais, na maioria das vezes escritas em meio ao cansaço do seu dia de trabalho. Nenhum outro texto ele escreveu com tal sinceridade, de maneira tão direta e profunda sobre as suas idéias mais íntimas, deixando a marca do seu trajeto clínico e de suas experiências.

Em 1902, alguns jovens médicos reuniam-se com Freud com a intenção de aprender, praticar e difundir os conhecimentos

da Psicanálise. Essas trocas de idéias eram realizadas regularmente às quartas-feiras em seu consultório, onde os colegas psicanalistas vinham falar dos casos clínicos e receber orientação do mestre, marcando o início do que seria vivenciado mais tarde dentro da instituição psicanalítica.

Em 1906, Freud teve a oportunidade de acompanhar um caso clínico: O pequeno Hans – Análise de uma fobia de um menino de cinco anos. Tratava-se de um caso que não provinha das observações de Freud, mas descrito pelo próprio pai da criança, através de correspondências.

Freud vinha encorajando seus alunos e amigos a reunirem observações sobre a sexualidade infantil e entre esses relatos, o do pequeno Hans chegava em intervalos regulares. "Meu caro professor: estou lhe enviando mais algumas notícias a respeito de Hans, desta vez se trata de um material para um caso clínico" (trecho da carta do caso Hans, 1909, p.15). Ao receber as correspondências, Freud respondia, dando-lhe orientações de como deveria o pai interpretar os medos e a angústia de Hans. Esta era uma forma de Freud fazer uma escuta além dos relatos, e assim, propiciar ao pai de Hans, momentos de supervisão.

Todos os trabalhos que constituem a psicanálise, tais como o estudo do texto freudiano, a própria análise, a prática da psicanálise e a supervisão têm características importantes, porém "nenhum deles dá conta de tudo" (Borges, 1989, p.30), porque todos trazem em si a marca do inacabamento. Não por acaso, Freud

¹ Trabalho apresentado na II Jornada Interna do GPAL em dezembro/2002.

² Psicólogas e Psicanalistas do GPAL.

dizia a certa altura da história da psicanálise “que não basta ter sido analisado para tornar-se analista” (em Mannoni, 1986, p.56)

Dentre os impecilhos em discurrir sobre a supervisão, estão as várias formas de nomeá-la, as dificuldades colocadas por esta prática e a falta de elaboração teórica, contribuindo “para manter uma confusão entre os limites do processo analítico e os da supervisão...” (Zaltzman, 1986, p.56). Nem todos os analistas trabalham com a supervisão e os que têm prática pouco escrevem a respeito e ainda existem poucos textos que se referem a este tema.

A supervisão nada mais é do que um espaço de entrecruzamento de vários referenciais, lugar para falar da prática cotidiana, lugar da escuta da dor. Super-Visão é uma palavra que quando partida, nos faz pensar em Super-Herói, Super-Homem ou alguém com visão super de raio X, segundo Borges (1989).

Se pensarmos por estes significantes, poderemos nos imaginar pertencentes a um reino que possui algo encantado que nos remete às histórias da infância e nos leva a viver uma aventura, num reino fechado e misterioso, como se dá na relação dual entre supervisor e supervisionando.

“Quem fala a quem?”, define o eixo em torno do qual a supervisão se dispõe, segundo Mannoni (1986). O supervisor se expõe ao falar do seu trajeto com o texto freudiano, com a psicanálise e com a sua prática psicanalítica, transmitindo “algo do campo do não-sabido ao supervisionando” (Borges, 1989, p.26). Este supervisionando está num movimento de busca também pela transferência, quando “elege alguém entre os colegas psicanalistas, alguém que já está deslocado para o lugar de sabedor, de experiente” (Borges, 1989, p.26).

Geralmente quando se procura uma supervisão, já se tem um trajeto em torno do texto freudiano, e está ou já esteve em análise. Segundo Favreau, citado por Stein (1988, p.33), “a supervisão é uma demanda disfarçada de análise”, permitindo que

quem a recebe possa evoluir por sua conta, progredindo no seu processo analítico e ajudando no andamento do caso clínico privilegiado por essa escolha.

A escolha do supervisor obedece sempre a critérios de empatia, credibilidade, experiência e admiração. Numa carta de Freud a sua cunhada Mina Bernays de 07 de abril de 1893, ele demonstra o seu afeto por Fliess: “Ele é uma pessoa extremamente incomum, a personificação da boa índole...” As semelhanças entre os dois eram muitas, ambos médicos, judeus e empenhados em pesquisas, ambos visitaram Paris e trabalharam com Charcot. Além do que, Freud encontrava em Fliess acolhida para as suas pesquisas mais recentes sobre experiências sexuais primitivas, quando estas não eram bem recebidas por seus colegas médicos.

A supervisão já existia antes mesmo de ser institucionalizada, fato comprovado pela correspondência de Freud a Fliess, pela discussão dos casos clínicos às quartas-feiras em seu consultório e no caso clínico do Pequeno Hans, dentro do mais completo sigilo. No Congresso de Salzburg em 27 de abril de 1908, Freud pediu desculpas por não fazer uma exposição completa do caso clínico, por discricção, pois o paciente era muito conhecido em Viena. Em outro momento, numa carta à Marie Bonaparte em 10 de janeiro de 1937, enfatiza: “naturalmente ficarei satisfeito se você não ler as cartas...” Diferentemente das descobertas em torno da teoria psicanalítica, Freud mantinha uma atitude sigilosa ao falar dos seus casos clínicos, priorizando assim um dos aspectos relevantes da técnica, qual seja, o sigilo.

A prática da supervisão, se flexibilizou, se compararmos aos primórdios da psicanálise, pois sabe-se hoje que não mais é necessário uma detalhada e tão fiel narrativa das sessões, mas sim, da descoberta da escuta do psicanalista ao seu paciente, “que procede de fato da própria análise de quem a pratica” (Stein, 1986, p.22)

Quando o analista está no lugar de supervisor, o que o atrai a fazer este trabalho?, questiona Borges (1989). Após

Demanda de supervisão – o analista e a instituição

levantar algumas hipóteses, como a dele aproximar-se do psicanalista didata por possuir algo mais, como uma referência de “personificação do saber” (Borges, 1989, p.25), ou a de sentir-se autorizado como analista, ou a de ter ganhos financeiros maiores. A vertente com a qual se deve trabalhar é diferente das citadas acima, é a vertente da queixa mais freqüente, é a chamada solidão do psicanalista, a solidão da prática psicanalítica e de um não saber lidar com esta solidão. Para Freud, a comunicação vivenciada pelas correspondências era uma das formas de lidar com esta prática, inerente à condição de ser analista.

Para Borges, esta solidão se aproxima mais de uma inquietação, provocada pela própria singularidade da prática psicanalítica, “uma prática que vai se constituindo pouco a pouco num movimento constante de idas e vindas, onde o psicanalista é tomado, surpreendido e atravessado pelas apresentações do inconsciente” (1989, p.25)

Dos problemas levantados pela prática da supervisão, entre outros, está a dúvida se esta seria uma condição necessária à transmissão da psicanálise. Vilma Kovacs, discípula de Ferenczi (1936), não foi muito bem compreendida ao sustentar que “o reconhecimento dos afetos na contratransferência, é o essencial do ponto de vista da formação” (em Stein, 1986, p.23).

Este reconhecimento dos afetos implicados na escuta ao paciente, pode se dar na própria análise, ou no momento da supervisão, fato este que provoca várias opiniões sobre o que pode ser falado de seus pacientes, quando se está no divã. Para alguns, “falar de seus pacientes é uma resistência”, concepção discordada por Conrad Stein, ao dizer “que se podem manter as resistências falando de pacientes”, porque o desdobramento disso é acreditar “que o sujeito da análise é o do enunciado, qualquer que seja a pessoa...”, ou seja, “quer eu diga ‘eu’, ou diga ‘ele ou ela’, a análise é sempre daquele que diz” (Stein, 1986, p.27).

Jean-Paul Valabrega elaborou uma teoria da supervisão, denominada de “análise quarta”, onde confere à supervisão “um alcance verdadeiramente analítico” (citado por Stein, 1986, p.29). As outras formas de nomear a supervisão (controle, análise de controle, tratamento supervisionado ou escuta assistida), são criticadas por ele, por causa de suas implicações não analíticas, quando diz que “são de uma relação hierárquica, autoritária, normativa, paternalista, por vezes sedutora e por vezes repressiva...” (1986, p.42), ainda utilizadas nas práticas formadoras de algumas instituições psicanalíticas.

Ele vai teorizar a situação analítica, bem como a formação necessária para seu exercício, em termos ordinais, porque ela é fundamentada sob o conceito de terceiro, ou tríade. A enumeração dá “o número 4”, ou seja: um paciente (1) e seu analista (2); o analista ou referente principal deste analista (3); o supervisor (4). É uma forma simbólica, cuja numeração não constitui uma sequência finita e para definir o terceiro é preciso situá-lo bem entre o 2 e o 4. “É evidente que jamais imaginaríamos reunir nossos quatro protagonistas em um só lugar, em carne e osso... como também não reunimos – em análise – os três autores principais do conflito, do drama e do mito edípiano”, segundo Valabrega (1986, p.48-49).

A demanda de supervisão deve seguir de forma livre e não institucional, já que ela constitui a prática de base da formação contínua do psicanalista. Quando é indicada pela instituição, pode parecer uma autorização para a prática da Psicanálise e o paciente escolhido, ser utilizado para fins pessoais. Segundo Rabain, “a passagem do divã para a poltrona não se dá sem angústia, e tanto a instituição como o supervisor são solicitados para negociar esta transgressão” (1986, p. 91). Cabe à instituição ser o suporte para esta passagem, não obrigando, mas abrigoando esta troca de lugares.

Ser escolhido como supervisor é ser deslocado para o lugar de sabedor, é estar num lugar de referência, sem perder de

vista que a sua ocupação é uma impossibilidade e só num tempo depois, é que o supervisionando, descobrirá que foi tudo uma suposta posição. Resta saber se ele vai poder elaborar a sua capacidade criativa, permanecendo analista do seu paciente – antes de tudo.

Diante da diversidade de referenciais teóricos a respeito da supervisão, o eixo comum entre os psicanalistas, é o que afirma Conrad Stein sobre o ser analista, ao dizer "que é a análise por excelência o que assegura a transmissão da psicanálise, e que a experiência não se transmite, só a prática assegura esta experiência" (1986, p.23).

Referências bibliográficas

Borges, Fábio. (1989). Aventuras de um Escuta-Dor no Reino da Super-Visão. *Estudos de psicanálise – A Prática Psicanalítica*, nº 12, 25-30. Belo Horizonte: SEGRAC – Soc. Editora e Gráfica.

Freud, S. (1974). *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 10. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1909).

Freud, S. (1974). *A História do Movimento Psicanalítico. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 14. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1914).

Freud, S. (1986). *A Correspondência Completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess. (1887-1904)*. Rio de Janeiro: Imago.

Mannoni, Maud. (1986). Risco e Possibilidade da Supervisão. (1992). Org. Em *A Supervisão na Psicanálise*. (p. 37-38). São Paulo: Escuta.

Rabain, J. F. (1986). A Caça ao Snark, do Supervisionado. (1992). Org. Em *A Supervisão na Psicanálise*. (p. 91). São Paulo: Escuta.

Stein, C. (1986). Em que Lugar, em que Enquadre, para que fins falar de seus pacientes? (1992). Org. Em *A Supervisão na Psicanálise*. (p. 23-27). São Paulo: Escuta.

Stein, C. (1988). Sobre a Prática das Supervisões. Org. Em *O Psicanalista e o seu Ofício*. (p. 33). São Paulo: Escuta.

Valabrega, J. P. (1986). A Análise Quarta. (1992). Org. Em *A Supervisão na Psicanálise*. (p. 42-49). São Paulo: Escuta.

Zaltzman, N. (1986). "Demanda de Supervisão" e Resistência à Análise. (1992). Org. Em *A Supervisão na Psicanálise*. (p. 56). São Paulo: Escuta.

A tridimensionalidade da formação da identidade paterna revisitada¹.

Hulda Stadtler² e Janaína Lima de Freitas, Giovanna Karla de Araújo Silva e Ana Paula Silva³

Resumo

*O desenvolvimento dessa pesquisa envolve procedimentos, como questionários e entrevistas, para revelar a temática escolhida. Aqueles que estudam processos de formação de identidade sabem a grande complexidade que os envolvem. Identidade paterna nos leva a correlacionar e controlar um número elevado de variáveis envolvidas em sua formação. Deve parecer redundante dizer **formação de identidade paterna nos homens**, mas certamente após compreenderem as primeiras conclusões que alcançamos, torna-se claro dizer que no sentido complexo que percebemos a concepção de paternidade, mulheres podem exercer este papel. Nesse caso particular entendemos que a identidade que buscamos avaliar resulta de uma conjunção de interações objetivas e subjetivas.*

Antes até de apresentarmos os resultados da pesquisa propriamente dita, devemos recordar a difícil tarefa de apresentar este tema para um grupo interessado em teorias psicanalíticas. Inicialmente, então, não podemos nos furtar de dizer que *Totem e Tabu* e outros trabalhos (Freud, 1913) e sua relação com a cultura ocidental e a influência judaico-cristã, parece o texto adequado para pontuar nessa ocasião. Recordemos que em *Totem e Tabu* encontram-se: a construção teórica da gênese das estruturas responsáveis pela repressão e pela cultura; uma reflexão sobre a natureza e a origem do totemismo e da exogamia; a identificação entre as origens do neurótico (realidade psíquica) e o homem primitivo (tempo mítico); uma reflexão sobre como ontogênese reproduz filogênese, em outras palavras, como o psiquismo individual reproduz no plano simbólico o da espécie nas bases da geração de cultura; os rituais totêmicos (repasto) e a introjeção da figura paterna do provedor/interventor; e por fim, a atitude ambivalente de amor e ódio, morte e culpa alimentada por uma religião expiatória que reforça a consciência da culpa e do remorso (o retorno do recalcado).

É assim, com receio da pouca profundidade, que introduzo a discussão complexa do tema paternidade, com temor de reduzir

o coletivo a uma vivência grupal do inconsciente individual (inconsciente coletivo).

Essa pesquisa simples, não dá conta das reflexões profundas sugeridas pelos temas em debate em *Totem e Tabu*. Contudo, temos tentado compreender algumas das conseqüências geradas pelas crenças ocidentais criando padrões imutáveis para a espécie humana, e nesse caso, especificamente a vivência da paternidade e a concepção de relações de gênero que nela se estabelece.

A pesquisa começou por tentar responder algumas das inúmeras perguntas sobre a formação da identidade de pai em nosso meio: Quem precisa de um pai? Quem é mesmo esse personagem? Qual sua origem e como se mantém inalterada entre nós? Qual sua participação na vida das crias? Seria ela sustentada apenas por um padrão cultural cheio de autoridade moral? Social ou natural? Seria herdada filogeneticamente? Natureza da qual não poderemos nunca nos livrar? Na ausência desse pai concreto como está estrutura (arquétipo) sobreviveria? E de um pai ruim, que quebra o padrão esperado? Quem tem um pai presente e exemplar está menos sujeito a desestruturações morais e psíquicas ou conduta obsessiva?

¹ Pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Família, Gênero e Desenvolvimento Humano/ UFAL e aprovada pelo CNPq para PIBIC. Apresentada na QUINTA-CULTURAL em junho/2002.

² Psicóloga e PhD em Antropologia – Professora no Departamento de Educação da UFRPE.

³ Bolsistas do PIBIC do curso de Psicologia da UFAL.

Não foi possível tocar em todos esses pontos na exposição, por isso trataremos aqui do que apresentamos ao grupo por ocasião de nosso convite.

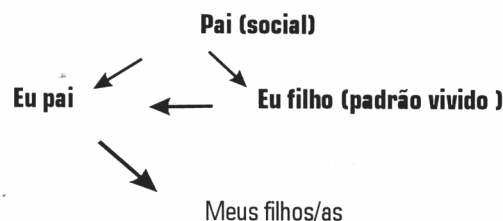
Os dados e a própria condição masculina frente a paternidade nos chamou tanto a atenção que nos voltamos para construir o projeto de uma intervenção educativa na área de educação de gênero (clínica social). Esse campo atinge sistema e planejamento familiar, gravidez indesejada, parto e aborto, violência de gênero, políticas públicas etc.

Nos discursos masculinos encontramos uma forte ênfase em: a) sentimentos de frustração e culpa pelo distanciamento entre expectativas conjugais e paternas e comportamento real; b) profundas contradições em seus discursos de provedor; c) inúmeras frustrações ao perseguir o sonho do provedor infalível gerando sentimentos de culpa em relação a sua auto-imagem e a prole; d) a ausência de domínio econômico gerando violência ou abandono daquela condição familiar; e) ausência de interrelação entre paternidade e auto-estima, maturidade e saúde, mesmo depois de pai os homens modificam pouco os seus cuidados nessas áreas; f) pressão feminina sobre o ideal de provedor e protetor; g) ausência de escolha consciente em relação a companheira (mãe) e desequilíbrio financeiro, educacional e de ideais; h) busca de nova relação onde haja resgate da auto-imagem e do padrão socialmente aceito para o papel masculino; i) reencontro com a paternidade através do desempenho do papel de avô em lugar de pai muitas vezes associado a paternidade em um novo relacionamento; j) novas idéias sobre relação de gênero; l) retorno de princípios religiosos fundamentalistas alterando a concepção de paternidade e resgatando os padrões de provedor sob menor pressão que na juventude (modelo patriarcal de pai provedor). Fomos obrigadas a concluir a partir dessas observações que, além de menos significativa, a paternidade é danosa para pais e crias no modelo que detectamos através das entrevistas.

Educação de gênero e clínica social seriam a meta, mas como realizar a intervenção, pois outra característica masculina é rejeitar sentar-se no banco de análise. Criar discursos só orais ou escritos não traria muita eficácia. O desmanche do modelo estrutural por trás dos discursos masculinos e a legitimação social dos mesmos em pouco parece contribuir.

Os homens continuam a se afirmarem provedores e interditores morais em suas relações com as crias e companheiras, posição tensa e questionável, mas buscada com forte empenho.

A mais fundamental dificuldade que se nos apresentou em seus discursos, porém, foi de não se colocarem como pai na primeira pessoa do singular (*eu pai*). Quase sempre usam um *nós* para fazer referência a si mesmos nessa identidade singular. Assim, ser pai nos pareceu condição coletiva na mente masculina, pois se encontra fundada em uma estrutura tridimensional como apontam as teorias estruturais: a) o pai esperado pela coletividade ocidental (social), b) o próprio entrevistado enquanto representante particular desse pai (auto-imagem) e, c) o entrevistado enquanto representante e resultado de uma relação com seu próprio pai (modelo de pai que teve). A estrutura que se nos descortina da análise dos discursos aponta ênfase na pressão social e na existência biológica da criança:



A formação da identidade de pai vista assim está constituída pelos elementos acima. Contudo, ousou argumentar que essa construção pode ser minada e transformada em algo

A tridimensionalidade da formação da identidade paterna revisitada

melhor de se experimentar desde que introduzamos nessa estrutura outros elementos que rompam com seu modelo patriarcal e patrilinear. Foram os próprios entrevistados quem nos indicaram esses elementos que, por sua vez, são desencadeadores de uma nova experiência nas relações de gênero.

Roger Bastide (1978), abandonando as teorias freudianas nos adverte, que o Complexo de Édipo é um conjunto de atitudes e relações assumidas e não uma estrutura inconsciente original e imutável, distinta do meio que a criou. Essa sugestão nos aproxima de um estruturalismo que privilegia as relações e não as personagens fixas que reproduzem estas relações.

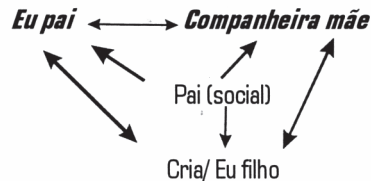
Tomar a estrutura como fixa levou Freud (*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, 1905 e *Totem e Tabu*, 1913) e outros ao equívoco de confundir forma e conteúdo. A forma pode até ser fixa, mas o conteúdo do discurso é mutável assim como as relações entre elementos que compõem a estrutura. Isto equivale a dizer, em uma primeira conclusão, que as estruturas são mantidas pela imutabilidade de certos tipos de interrelações. No caso de nossa sociedade patriarcal, o espaço ocupado pelos homens e mulheres nas relações de gênero como as que envolvem paternidade. Neste caso, trabalhando para mudar as relações devemos obter mudanças originais na estrutura, o que constitui nossa proposta de educar para novas relações de gênero.

Tomemos um exemplo de mudança sem essa educação. Tendo em nossa sociedade havido algumas mudanças na condição econômica das mulheres, um contexto diferente foi gerado para o exercício da paternidade. Contudo, a identidade de provedor ou interventor moral não se alterou nos discursos masculinos ainda que reconheçam que muitas mulheres são as reais provedoras da casa. A questão parece estar no fato de que em nossa sociedade patriarcal os elementos que compõem a estrutura tridimensional no imaginário masculino de sua identidade paterna, parecem eliminar a presença de relações de gênero, básica na criação de filhos/as assim como manter

discursos fundamentalistas. Em outras palavras, a presença da companheira de outro sexo é desconsiderada na auto-análise. A identidade paterna é pensada em função de elementos masculinos: Pai (social), Eu-pai e Eu-filho, como na trindade cristã. O discurso é formado a partir de uma única fonte. Como resultado temos mantido o mesmo modelo falido de paternidade. O mesmo tipo de exemplo podemos observar na obrigação legal conseguida pelas mulheres para a manutenção dos/as filhos/as, os homens não suportam a idéia de estarem indiretamente favorecendo a quem não consideram. Não tiro a responsabilidade das mulheres, pois criam os filhos no mesmo padrão, se excluindo da formação de identidade de gênero desses filhos. Exemplos claros dessa má formação encontramos entre jovens pais que se converteram a alguma religião fundamentalista. Essa experiência reformula sua relação com o Deus-Pai (social/moral) e os tornam cumpridores do dever. Ainda que tenham mães que exerciam o governo sócio-econômico no lar não mudaram sua conduta até a conversão, reintroduzindo o mesmo elemento masculino em seu mundo e desconsiderando o social como um campo relacional e afetivo que inclui a relação de gênero.

Em nossas observações, porém, considerando gênero como um de nossos vetores de análise, reconhecemos um exercício de paternidade mais tranqüila sempre que os homens se apresentavam dispostos a considerar um novo elemento na avaliação de seu desempenho de pai: a presença de uma companheira amada, a mãe de seus/suas filhos/as. Embora sendo a existência de uma criança que acorda no homem a sua condição de pai, a paternidade parece mais bem vivida na consideração interdependente da companheira, podendo mesmo alguns homens ser mais presentes quando eliminam a mãe elemento que consideram prejudicial na sua relação com as crias. Comprovadamente em homens mais velhos a presença positiva desse novo elemento de gênero tornou-os, mais cedo que nos demais homens entrevistados, pais mais próximos do desempenho que obtivemos entre os avós. O modelo identitário se transformou e tornou-se socialmente aceito pela tolerância coletiva com a idade

e a imutabilidade produtiva e não por questões estruturais. Os homens que chegam a compreensão da importância da companhia no desenvolvimento de uma experiência saudável na criação dos filhos/as, relaxam a pressão do perfeccionismo do provedor ausente e possuem outro modelo identitário:



Certamente essa estrutura é mais complexa e tem o social em seu centro, mas este social agora é interrelacional/coletivo. Encontramos razão para continuarmos o enfoque sobre a figura masculina, nas constantes conclusões que retiramos dos dados da pesquisa de que o homem está ainda muito ausente da criação de crianças, da clareza com que vimos filhos/as queixarem-se dessa ausência e da nossa impressão de que os homens ainda não estão cientes de sua própria insatisfação ao permanecer longe de seus ideais, inclusive paternos e de tratar a provisão de modo menos expiatório. Isto porque consideramos que os homens têm sido conduzidos a mudanças no desempenho da(s) masculinidade(s) sem, entretanto, estarem educados para tal.

Referências bibliográficas

- Butler, J. (1990). *Gender Trouble. Feminism and The Subversion of Identity*. London: Routledge.
- Carvalho, L.A. (1989). *Reflexões sobre o Pai: Um estudo sobre a construção da paternidade na história de vida e no desenvolvimento*

do sujeito. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia – USP, São Paulo.

Freud, S. (1974) *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol.7. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1905).

Freud, S. (1974) *Totem e Tabu*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol.13. Rio de Janeiro: Imago (Originalmente publicado em 1913).

Maciel, A.A. (1994). *Ser/Estar Pai: Uma figura de identidade*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Saúde Pública – USP, São Paulo.

Malpique, C. (1984/1990). *A Ausência do Pai*. Porto: Afrontamento.

Matos, D.M.S. (1995). *Experiência de Ser Pai de uma Mulher*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia – USP, São Paulo.

Trindade, Z.A. (1993) As Representações Sociais e o Cotidiano: A questão da maternidade e da paternidade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9, n.3, 535-46.

Trindade, Z.A. (1991) *As Representações Sociais da Paternidade e da Maternidade: Implicações no processo de aconselhamento genético*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia - USP, São Paulo.

O ordenamento social e a ilusão do encontro do objeto perdido: uma reflexão.¹

Yara Amorim Souza Leão²

Resumo

Propomos, nesse texto, refletir sobre o declínio do ordenamento social nos reportando ao alicerce da Lei subjetiva que constitui o sujeito e possibilita a civilização. Pensamos que o declínio da metáfora paterna faz reverberar no laço social a ilusão do encontro do objeto perdido produzindo, com isso, o declínio do pacto social e da ética.

Do mito do mundo adâmico, que confere ao homem a possibilidade de viver na mais perfeita harmonia desde que obedeça a uma única regra, até o mundo real globalizado e de complexo ordenamento jurídico, muito se tem produzido para dar conta das questões suscitadas pelos conflitos entre os homens que atravessam a história da humanidade.

As respostas às reflexões sobre a possibilidade de o homem viver em paz apontam para questões aparentemente dicotômicas, uma sobre a natureza do homem e a outra sobre a natureza da sociedade.

Entretanto, pensamos não ser possível tratar do campo social sem levarmos em conta as questões da subjetividade; portanto, apontaremos as metáforas do ordenamento social a partir do campo onde se estrutura o humano.

Hobbes, um dos fundadores da teoria política moderna e defensor do Estado Absolutista, vai construir sua teoria a partir do mito de um mundo pré-social onde os indivíduos existiam isoladamente e viviam em condições de igualdade em relação às faculdades do corpo e do espírito, ao que ele vai nomear de Estado de Natureza. Diferentemente do mito adâmico, essa situação de absoluta liberdade não possibilita ao homem viver em harmonia; pelo contrário, o destrói, pois a condição de igualdade desperta no homem sua natureza competitiva, agressiva e destrutiva.

O aforismo hobbesiano de que o *homem é lobo do homem* demandava a construção de algo que possibilitasse a vida em sociedade, o que para Hobbes só seria possível a partir de um *contrato* que selasse um pacto e estabelecesse regras de convivência e subordinação política ao poder absoluto do Estado, que tinha como função barrar a manifestação livre da natureza humana, possibilitando a civilização.

Assim como Hobbes, Locke admitia que os homens viviam em Estado de Natureza e submetidos a suas leis, distinguindo-se, porém, de Hobbes ao conceber que nesse Estado os homens viviam de forma harmônica desde que não transgredissem as leis naturais de igualdade, propriedade e liberdade; para tanto, era preciso um pacto mediado por juízes, garantindo que um homem respeitasse o direito do outro. Para ele o surgimento do dinheiro espalhou a cobiça e a competição, não havendo a possibilidade de os homens confiarem uns nos outros. Era preciso também um *contrato* que possibilitasse a manutenção da sociedade civil.

Rousseau corrobora com a idéia de que os homens viviam em Estado de Natureza e afirma que esses eram livres, harmônicos e bons, mas passaram à servidão a partir da propriedade privada. Para ele, um primeiro homem limitou um espaço como seu, originando a sociedade civil, a desigualdade e a servidão. Não podendo o homem recuperar a liberdade natural, ganharia em troca a liberdade civil, que se daria, também, através de um *contrato* que estabelecesse

¹ Esse texto é parte das minhas reflexões para a composição da dissertação de mestrado cuja temática é o discurso sobre o trabalho penitenciário. Apresentado na QUINTA-CULTURAL em setembro/2002.

² Professora da UFAL. Psicanalista. Membro do Toro de Psicanálise.

direitos e possibilitasse o convívio social, resgatando a partir de regras e leis a liberdade perdida.

Ainda que Rousseau afirme que a natureza humana é boa e generosa, sua explicação sobre a desigualdade social pressupõe o egoísmo e a competição, pelo menos daquele que fundou a sociedade civil e dos “ambiciosos” que, cercando também um terreno e afirmando ser seu, o imitaram.

A despeito das diferenças teóricas desses importantes *contratualistas*, parece-nos que o cerne da questão diz respeito à *natureza humana* e de um interdito que aparece como um elemento a possibilitar o ordenamento social, ou seja, uma Lei estruturante da vida em sociedade.

A metáfora do *contrato social* que aparece na teoria desses pensadores considerados, dentre outros, como “clássicos” da política no mundo moderno, nos reporta a outras metáforas que operam no campo da subjetividade, mas que estão no bojo dos fios que tecem a malha social, tais como a metáfora do *Paricídio* e a *Metáfora Paterna*.

A primeira diz respeito à explicação mítica de Freud a respeito da Lei subjetiva que funda o campo organizante para estabelecer a ordem familiar e social. E a segunda se reporta à explicação, também mítica, criada por Lacan para explicar como o sujeito se estrutura a partir dessa Lei subjetiva estabelecida na relação familiar.

A fábula criada por Freud, na sua obra *Totem e tabu*, refere-se, entre outras questões, à idéia da formação social a partir também de um pacto internalizado pelos homens através da Lei e da culpa. Para ele, a natureza humana busca sempre o prazer e evita o desprazer; entretanto, se houvesse a realização de tudo que é da ordem do prazer, não haveria civilização. As leis proibitivas do incesto e do assassinato do pai restringem o homem e o fazem substituir o prazer absoluto, sempre individual, em favor da comunidade. Como afirma Freud: *A substituição do poder do*

indivíduo pelo poder de uma comunidade constitui o passo decisivo da civilização (1997: 49).

Portanto, o mítico assassinato do pai primevo instaura a culpa e o interdito, demarcando o lugar do pai morto a partir de um elemento simbólico organizante da subjetividade e, conseqüentemente, do campo social, ou seja, a partir da Lei.

A metáfora do contrato social, como vimos, diz respeito à marca subjetiva que vai ordenando o campo social, essa marca é metaforizada como “lei do pai”, ou seja, alteridade e interdito estruturantes dos grupos sociais.

A constituição de um grupo se dá a partir da identificação dos membros entre si, e referida ao que está no seu exterior; é a partir dessa referência ou princípio de alteridade que os membros de uma sociedade se ligam política e afetivamente, garantindo o funcionamento das sociedades e das suas instituições. Assim, a referência ou princípio diz respeito ao lugar simbólico do Pai (seja um deus, um líder, um guru, um ideal, uma ideologia, uma causa ou o que os valha) e permite, pelas relações identificatórias, a sobrevivência de um grupo (Cf. Araújo, 2001).

A construção teórica freudiana foi perpassada pela questão sobre o que é um pai, visto ser a maternidade uma evidência incontestável e a paternidade uma hipótese aceita por ato de fé. Essa verdade produziu muitas questões sobre o lugar do pai na composição da subjetividade e do laço social.

Lacan lança mão de muitas searas do conhecimento para articular os elementos da elaboração freudiana e compor a *Metáfora Paterna* como a Lei advinda de uma lógica ternária donde o sujeito há de se constituir em relação a um Outro faltoso e há de forjar, nessa relação, o ponto da formação do inconsciente.

Há um Todo da mãe onipotente, do Um do significante do Nome do Pai, e da falta representada pelo desejo da mãe (*Nasio, 1988:158*).

O ordenamento social e a ilusão do encontro do objeto perdido: uma reflexão.

A mãe é tomada, diante da fragilidade do filho, como o Outro, objeto do seu desejo, de um gozo ao qual ela não corresponde, pois o filho não é o que lhe falta, seu desejo está alhures, não enquanto mãe, mas enquanto mulher, e é nesse sentido que se edifica o significante da metáfora paterna.

A Lei do interdito se instaura, não do pai imaginário, mas do lugar do pai simbólico, Pai como um nome na palavra da mãe. Lei que retira o filho do lugar de objeto para inseri-lo na cadeia significante fundada pelo desejo, pela castração.

“O pai é aquele que se auto-engendra como tal, segundo sua boa vontade. Ele se declara pelo **dom do nome**, transmitindo à criança nascida biologicamente do corpo de uma mulher” (Cf. Julien, 1997:14).

Quando a *Metáfora Paterna* fica mal instalada na cadeia significante, o sujeito se estrutura a partir de uma perversão da Lei, que no âmbito do social (ainda que operada por muitas mediações), vai produzindo como consequência a inversão ética em que o objeto tem primazia sobre o sujeito, ou seja, há um assujeitamento em relação ao objeto.

Durante muitos séculos a função social do pai esteve muito bem definida: o pai encarnava a lei, a autoridade detentora do poder de fundar a sociedade política ou religiosa que tinha desdobramentos na fundação da família. Tratava-se de um poder que compensava e limitava o poder da mãe sobre os filhos. O equilíbrio entre os poderes do *homem pai* e da *mulher mãe* se afirmava na distinção entre o público reservado ao homem e o privado à mulher. O contexto a ser passado à geração seguinte era o da *imagem forte de um senhor; que fizesse peso ao poder secreto e escondido da mãe: luz contra escuridão* (Julien, 1997:32).

O declínio dessa função social do pai é algo que vai sendo engendrado lentamente a partir de mudanças no campo das tradições religiosas e repercutem no âmbito do poder político e familiar, mas é na modernidade que o declínio torna-se manifesto, particularmente

no final do século XX, quando se desloca o poder do pai para a mãe e este passa a desempenhar, primordialmente, tarefas econômicas, educativas, ou maternalizantes. Quando o cumprimento dessas tarefas não está permeado pela metáfora paterna o que se instaura no campo da subjetividade e, conseqüentemente, no social é a versão do pai, ou seja, a perversão.

Na atualidade, o Estado, como provedor, protetor e interditor (Estado-pai) é substituído pelo mercado globalizado onde os mesmos objetos são disputados como o objeto do desejo para as mais diferentes sociedades, rompendo, dessa forma, com o pacto e traços distintivos das culturas. Vê-se de modo análogo a relação entre o declínio da metáfora paterna e o do poder do Estado.

Se não há um interdito ao gozo pelo efeito da castração, não há um investimento simbólico do gozo, o que resta são os objetos de consumo convertidos em objetos que poderiam suceder o objeto do desejo, perdido para sempre. Pois o *sujeito* tomado pelo “discurso do objeto” adquire junto com ele a ilusão da posse do objeto perdido, transformando-o num amálgama capaz de obturar a sua falta (Cf. Leão, 2002).

Embora, como afirma Chemama, apud Teixeira, *o sujeito não acredita que o objeto de consumo venha realmente tapar a sua castração: ele deixa-se ludibriar, participando desse engodo de maneira análoga ao fetichista* (1997:80).

Na embriaguez do engodo provocado pelo declínio do alicerce simbólico, o sujeito procura obter o objeto a qualquer custo e a delinquência se espalha em todos os estratos sociais, e não só entre os indivíduos, mas entre grandes corporações, nas práticas públicas e privadas causadoras de escândalos cada vez mais comuns. Mielman, apud Teixeira (1997), coloca que a função simbólica da delinquência é a de recuperar através de um ato um elemento simbólico do qual o sujeito vê-se privado.

O objeto não é percebido como perdido, mas como roubado. *Se o outro, o semelhante, o possui e eu não, é porque ele o roubou de*

mim. Logo, eu também posso roubá-lo de volta. (Teixeira, 1997:83). E para isso não importam os meios, sejam mortes, guerras ou terrorismos das ações e dos discursos.

Depreende-se dessa operação o declínio simbólico da Lei universal que se inscreve em todas as culturas, erigindo-nos à condição de humanos a partir da renúncia ao excesso de gozo.

Desfaz-se a metáfora do contrato social como possibilidade de constituição do grupo alicerçado na alteridade do Outro; coloca-se em seu lugar a metonímia da letra fria da lei, impressa nas constituições dos países que compõem (ou não) o Mercado e dos inúmeros direitos baseados na valorização narcísica do indivíduo.

Pensamos que os discursos que simulam os direitos individuais como o ápice da sociabilidade humana terminam por impedir o endereçamento do olhar para a reconstrução de um pacto simbólico que retome a ética baseada no primado do sujeito.

Referências bibliográficas

Araújo, José Newton Garcia de. "Função paterna e constituição dos grupos sociais". In. *Figura paterna e ordem social* Araújo; Souki; Faria. (orgs.) Belo Horizonte: Autêntica. 2001.

Freud, Sigmund. (1997) *O mal-estar na civilização*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. vol. 21. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1929).

_____. (1999) *Totem e tabu*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. vol. 13. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1913).

Julien, Philippe. *A feminilidade velada*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 1997.

Lacan, Jaques. Seminário 4. *A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Zahar. 1991.

Leão, Yara Amorim Souza. *O declínio da Metáfora Paterna: alguns elementos para pensar o laço social*. In. Revista Antígona. Maceió, n 5, p.73-77, out- 2002.

_____. *Trabalho penitenciário: dos fios que tecem o discurso. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2003*

Melman, Charles. *Clinica psicanalítica*. Leda M. Fischer (trad.). Salvador: Álgama, 2000.

Nasio, J. -D., *As cinco lições sobre a teoria de Jaques Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar. 1993.

Teixeira, Marcus do Rio, "O espectador inocente". In. Goza! Ricardo Goldenberg (org.). Salvador: Álgama, 1997.

Wefort, Francisco. C. (org.) *Os clássicos da política*. 13 ed. São Paulo: Ática, 2000.

Mulheres e imagem corporal: o corpo ideal ou um ideal para um corpo?¹

Maria de Fátima Machado de Albuquerque²

Resumo

Essa é uma pesquisa sobre mulheres e suas concepções de imagem corporal. A partir de uma perspectiva de gênero e de pressupostos teóricos que orientam sobre a questão da formação da identidade de gênero, o estudo apresenta resultados de um trabalho de campo desenvolvido em Maceió, com adolescentes do sexo feminino de diferentes classes sociais. Os resultados mostram que as diferenças encontradas nas representações sociais dos ideais de corpo de mulher guardam uma estreita relação com a classe social e os ideais de beleza e imagem corporal.

Esse trabalho teve como objetivo, levantar algumas informações sobre como meninas adolescentes, pertencentes a várias camadas sociais de Maceió, percebiam o corpo da mulher.

A idéia da pesquisa nasceu a partir de uma experiência que vivenciei, quando fazia aconselhamento nutricional para crianças e adolescentes. Um certo dia, uma adolescente nos seus 12 anos sentou-se à minha frente e, quando perguntei em que podia ajudá-la ela me respondeu: “queria que você me desse um corpo... igual ao das minhas amigas que já arranjam namorados...” e, ao mesmo tempo em que dizia isto, suas mãos desenharam no ar a forma de um violão.

Essa foi talvez, uma das mais fortes falas que escutei durante os anos de aconselhamento. E, foi a partir destas falas que descobri que, muitas das queixas que guiavam aquelas crianças e adolescentes ao meu consultório, não diziam respeito a uma questão de desequilíbrio de peso ou tamanho mas de uma insatisfação com o “se sentir daquela forma”.

No caso dessa adolescente, o que ficou claro foi que, mais do que um problema biológico de excesso de peso, ela também apresentava uma queixa de forte conotação psico-social. Com efeito, os resultados de sua avaliação antropométrica indicaram que a “inadequação de peso” referida pela paciente não se expressava dentro de uma faixa considerada “anormal” para os valores esperados para seu sexo, idade e altura. Sua insatisfação

era relativa à forma e não ao volume, e isso podia ser entendido pelo desenho do violão.

A partir desse e de tantos outros casos, comecei a refletir sobre a questão corporal. Qual o significado do corpo nos dias de hoje? O que pensam as mulheres sobre o corpo? E as/os adolescentes? E os homens? E as crianças?

Assim, a partir de uma perspectiva de gênero, o presente estudo tomou como eixos privilegiados, os estudos do conceito de gênero, os significados do corpo, a formação de estereótipos e a percepção corporal. Neste sentido, tentei iniciar uma nova forma de estudar as questões da estética e saúde corporal a partir de um modelo interdisciplinar que contemplasse o entendimento da representação social do corpo.

A condução da pesquisa foi norteadada por alguns pressupostos teóricos (Passos, 1999) – primeiro, o de que a identidade de homens e mulheres é uma construção social que decorre entre outros motivos, do modo como o mundo lhes foi apresentado, da educação recebida, da cultura dominante, das relações que trava, de como é reconhecido/a pelo grupo; segundo, de que são as relações de gênero que determinam o que é ser homem e ser mulher; relações estas que envolvem valores, culturas e que são construídas, aprendidas e ensinadas socialmente; e finalmente o pressuposto de que é na identificação de gênero que a formação do estereótipo se consolida.

¹ Trabalho de pesquisa financiado pelo CNPQ. Reúne pontos do projeto Mulheres e Imagem Corporal. (1999-2001). Apresentado numa QUINTA-CULTURAL de novembro/2002.

² Nutricionista, professora adjunta do departamento de Medicina Social da UFAL e PhD em Ciências pela London University (Inglaterra).

Questões Metodológicas

O local escolhido para desenvolver a pesquisa foi a cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas, e que é considerada área central para atividades econômicas e sócio-culturais do Estado. O universo das adolescentes do sexo feminino, residentes na cidade de Maceió foi escolhido para ser o grupo investigado.

A opção por uma abordagem qualitativa foi feita, considerando que a palavra e seus significados trazem à tona as particularidades da visão de mundo que estas adolescentes experienciavam. Neste sentido, o "conceito de 'visão de mundo', apreendido através do indivíduo, é a integração do pensamento individual no conjunto da vida social, sobretudo pela análise da função histórica das classes sociais" (Jardim, 1996, 05). A partir dessa perspectiva, escolhi investigar qual a representação social dessas adolescentes em relação ao corpo da mulher. Segundo Minayo (1994, 158), o termo representação social ou coletiva "significa a reprodução de uma percepção anterior ou do conteúdo de pensamento. Nas ciências sociais, é definida como categoria de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a."

A estratégia de pesquisa adotada foi baseada na Metodologia Rap (Procedimentos de Assessoria Rápida) que é um método de enfoque antropológico que foi desenvolvido pela Universidade das Nações Unidas. Entrevistamos adolescentes do sexo feminino, pertencentes a várias camadas sociais de Maceió. Mesmo considerando que as diferenciações de classe podem levar a diferenciações nas experiências de vida, buscamos escutá-las, baseadas no pressuposto de que elas teriam um núcleo comum que as identificava e estruturava suas representações de feminino (Sobral, 1977). Elas tinham entre 10 e 18 anos e estavam em locais diferentes tais como escolas privadas e públicas, morando

em instituições filantrópicas de orientação católica e protestante e também nas ruas.

A *conversa* foi realizada com o auxílio de uma entrevista semi-estruturada e de um gravador. A estruturação da entrevista foi feita considerando os seguintes temas: 1º - Percepção das características de corpo da mulher; 2º - Percepção do próprio corpo e 3º - Satisfação relativa ao próprio corpo. A partir destes temas foram elaboradas as seguintes perguntas: Como você acha que deve ser o corpo de uma mulher? Como você acha que é o seu corpo? Você gosta de seu corpo? Por que você acha isso de seu corpo?

Este artigo focalizará exclusivamente os resultados da pergunta sobre o corpo da mulher.

Resultados e discussão

Como você acha que deve ser o corpo de uma mulher?

A história individual já traz por si só a idéia de diversidade, de diferenciações de definições. Neste estudo, as diferenciações não se deram somente entre as adolescentes, mas também entre os grupos sociais considerados. As semelhanças se encontraram nos estereótipos, as divergências nos contextos sociais.

Para as escolares da rede privada, o corpo de mulher é composto de muitos elementos estéticos³

"Bonito, é... Violão... tipo violão [gesticulou com as mãos], só...sei lá !!!" 11 anos

Ser um corpo perfeito. Assim... a pessoa tem que ser, sei lá...bem dividida. Tem que ter as pernas grossas, um bundão, cintura fina, sem barriga (de preferência)... assim...perfeita!... adequada, entendeu ?" 17 anos

³ Todas as transcrições são literais

Mulheres e imagem corporal: o corpo ideal ou um ideal para um corpo?

"Eu acho assim que deve ser.... deixa eu ver... dá prá parar aí não ???? Sei lá ! perfeita... assim, no peso normal. Eu acho que deve ser assim: perfeito...altura, peso de acordo...assim que nem essas modelos... assim...sei lá!" 14 anos

Características semelhantes foram encontradas nas escolares do setor público:

"Eu acho que deve ser assim...bem feito. Bem feito assim: ter cintura (pegando na cintura) ééé....os peito não muito caído..... a bunda não muito batida..." 11 anos

"Não sei.... deve ser bonito. Ah ! eu não sei ! não sei ! Deve ter um pouquinho mais de poupança (rindo)... menos seios.... coxas grossas...um corpo bonito...altura (tem que ser alta)... só isso!" 12 anos

"Ser bonito... é... bem feito! Assim, ter o corpo bem feito que nem um violão [fez o formato de um violão com as mãos]" 12 anos

"Tem que ser bem feita... curvinha na cintura (riso) peito...peito mais ou menos grande... maga... os quadris, nem meio, nem mais muito alto, nem muito largo. Hummmmm... o rosto bonito, os olhos azuis (... de qualquer cor...) cabelo cacheado grande, nem meio alta nem meio baixa. Eta!(riso) Também nem gorda, nem muito magra" 14 anos

"Ter um corpo normal.... magra.... ser magra, ter o pé pequeno...o pé grande não !!!" 13 anos

Todos os elementos trazidos nestas falas, nos mostram um corpo há muito conhecido... um corpo com curvas (do tipo

violão), um corpo impregnado de medidas (alto, baixo, médio), um corpo sob a interdição da beleza estereotipada.

A composição do "corpo ideal da mulher" é uma construção cultural, que pode ter sua especificidade na base do contexto social de quem a está fazendo. A valoração deste modelo tem suas raízes nos critérios que definem o que atrai e o que não atrai, numa mulher, ao homem. A discrepância do que é aceito ou não, enquanto característica de atração (incluída aqui a questão de gênero) e feminilidade, definem os "padrões" a serem perseguidos, sendo a montagem e reconhecimento destes padrões um fator importante de identificação ao seu papel social e sexual. O corpo ideal é o que deve "ser" e "estar contido" em todas as mulheres. O "corpo ideal da mulher" é o que reflete o que deve ser ou representar para o seu grupo social.

Um estudo, na Inglaterra, com adolescentes de ambos os sexos na faixa etária de 12 a 16 anos, oriundos da classe média e da classe trabalhadora, mostrou que tanto a idéia de um "homem ideal" quanto de uma "mulher ideal" estavam presentes em seus imaginários. A "mulher ideal" deveria ser *bonita, magra mas voluptuosa e ter cabelos compridos*. O "homem ideal" por sua vez deveria ser *musculoso, corpo em formato V (cintura fina e ombros largos) e de cabelos curtos*. Tais diferenças nos mostram que os ideais de imagem corporal são multidimensionais e apresentam diferenças relacionadas ao gênero. (Dittmar, 2000)

As meninas que moravam em instituições filantrópicas sob orientação religiosa (católica e protestante) nos mostraram um "corpo de mulher" um pouco diferente, onde a estética era apenas uma das interfaces:

"Eu acho que é do jeito que Deus fez a gente!" 11 anos

"Ser limpo! E também o peito.... que ele cresce muito... às vezes a pessoa fica passando vergonha no meio da rua! (risos)" 12 anos

"Não sei de nada não! Tá bom assim o corpo! Acho que não deveria ter a menstruação..." 15 anos

"Tem que ter higiene, cuidar bem do corpo, não deixar ninguém tocar..." 14 anos

"Normal... cheio de charme...só ! Do jeito que Deus quiser" 13 anos

"Sei não... tem que ser limpo, conservado... tem que ter cabeça... tudo que tem um corpo... olhos verdes" 15 anos

Um corpo limpo pode ser para este grupo o corpo que mais se identifica com a mulher. Certamente é um corpo com formas, mas é principalmente um corpo que tem que ser limpo das sujeiras (provavelmente uma sujeira relacionada com a pobreza, com os pés descalços, com a higiene corporal comprometida pela falta de água e de condições ambientais). O corpo de mulher para este grupo também aparece como algo divinamente criado, imaculado e, portanto, que "não deve ser tocado" "não deve ser mudado". É provável que, apesar de correntes divergentes (católicos e protestantes) a orientação religiosa segue os rumos da interpretação do cristianismo para o qual o corpo é a carne (e a carne é algo a ser conquistado... uma vez que nada há de bom na carne) e a beleza uma tentação sensual e uma vaidade mundana (Etkoff, 1999). Deveria também ser um corpo sem as mudanças que a adolescência traz... sem a menstruação... sem os seios crescidos. A mudança no corpo durante a adolescência traz à tona o despertar "oficial" da sexualidade e da possibilidade da fertilidade e, para a mulher, essa é uma ligação direta com a possibilidade da "tentação da carne", para o "pecado". Fica registrado então nas falas dessas meninas, a necessidade de frisar que o corpo da mulher deva ser cuidado, limpo, imaculado e conformado, não porque seja um corpo que se encontre na sua

essência e identidade, mas porque precisa ser um corpo submisso ao seu destino.

Para as meninas de rua, o corpo da mulher também não se apresenta maquiado puramente de uma estética física:

"Limpo... um corpo limpo sem marca... marca assim de corte, muitas coisas, uma ferida, uma tatuagem... e tem que ter higiene, andar assim... sempre limpa". 15 anos

"Eu acho que as mínimas coisas que a pessoa tem que ter é limpeza no corpo... tratar o corpo. Porque eu acho que a limpeza é importante e a saúde. A gente tem que tratar a gente prá... eu acho que a gente tem que tratar o nosso corpo". 15 anos

Para essas meninas, o "corpo ideal de mulher" se apresenta como um corpo sem as marcas da violência das ruas. Num país com grandes problemas sociais a violência está em todo lugar, mas é especialmente na rua, no espaço público, onde ela é maior. Saffioti (1996, 154) diz que "pertencer à categoria do sexo feminino constitui um *handicap* no terreno da violência. Primeiro porque a mulher, em média, tem menos força física que o homem. Segundo porque, embora a mulher, via de regra, revide a agressão ou tente se defender dela de outras formas, estes atos são malvistas pela sociedade, que só legitima a violência praticada por homens." E é nas ruas onde a rotinização da violência ocorre com mais frequência. Para um cotidiano recheado de incertezas, a busca de um corpo ideal se registra especialmente na imagem de um corpo que não seja maquiado das marcas das agressões sofridas nas ruas. A mensagem da necessidade da higiene corporal parece ser uma coisa aprendida nas relações de intercâmbio com alguns setores da sociedade dita organizada.

Neste trabalho, as diferenças encontradas nas representações sociais dos ideais de corpo de mulher nos trazem

Mulheres e imagem corporal: o corpo ideal ou um ideal para um corpo?

a conexão da classe social e os ideais de beleza e imagem corporal. Sendo identificado como um espaço de coerção social (Foucault, 1978, Butler, 1990, 1993) o corpo tem sua materialidade vista e/ou reconhecida à luz da ordem social que constitui e normatiza este espaço (Slicer, 1998). Assim, o corpo se apresenta como *locus* para configuração e reconfiguração da identidade, sexualidade e gênero (Butler, 1990, 1993; Gaard, 1998 e Hess, 2001).

Não se pode dizer que todas as adolescentes estiveram submetidas às mesmas idealizações, mas pode-se ver que quase todas buscavam um ideal, que podia não ser o mesmo, mas ainda assim era um ideal. Quando a estética apareceu, o que se viu foi um "corpo ideal de mulher" fragmentado em partes, que deviam cada uma, corresponder a um formato considerado atraente e/ou necessário para sua identidade de corpo de mulher. Um corpo fragmentado mas perfeito!. Um corpo limpo e imaculado. Um corpo sem marcas da vida de rua. Um corpo ideal para que possa ser aceito e reconhecido como um corpo de mulher.

Este trabalho contou com recursos de financiamento do CNPq. Agradeço à Fabiana e Walcida, bolsistas do PIBIC/CNPq, pela ajuda na parte prática da pesquisa como levantamento de dados e transcrição de fitas.

Referências bibliográficas

Butler, J. (1993). *Bodies that matter*. New York: Routledge.

_____. (1990). *Gender trouble*. New York: Routledge.

Dittmar, H. (2000). The "body beautiful": English adolescents' images of ideal bodies. *Sex Roles: A Journal of Research*, maio. www.findarticles.com

Etcoff, N. (1999). *A lei do mais belo*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

Foucault, M. (1978). *The history of sexuality*. Vol.I: *An introduction*. New York: Pantheon.

Gaard, G. (1998). Hicking without a map: Reflections on teaching ecofeminist literary criticism. Em: Gaard, G. & Murphy, P. D. (Orgs). *Ecofeminist Literary Criticism: Theory, interpretation, pedagogy*. (pp 224-248) Urbana and Chicago: University of Illinois.

Jardim, J. M. (1996). Informação e Representações Sociais. Em: *Transinformação: Temas em Debate* 8 (1) janeiro/abril, www.puccamp.br/~biblio/jardim81.html

Hess, J. B. (2001). *Regulating/representing the body: South Africa a syllabus*. Em: www.findarticles.com

Minayo, M.C.S. (1994). *Qualidade de vida: Compromisso da epidemiologia*. Belo Horizonte: CODPMD/ABRASCO.

Passos, E. (1999). Gênero e identidade. Em: Álvares, M. L. M. & Santos, E. F. (Orgs), *Olhares e Diversidades: Os estudos sobre gênero no Norte e Nordeste* Belém: REDOR/GEPEM.

Saffioti, H.I.B. (1997). No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. Em: *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil* Rio de Janeiro: Record/Editora Rosa dos Tempos.

Slicer, D. (1998). Towards an ecofeminist standpoint theory: bodies as grounds. Em: Gaard, G. & Murphy, P. D. (Orgs). *Ecofeminist Literary Criticism: Theory, interpretation, pedagogy*. (pp 49-73) Urbana and Chicago: University of Illinois.

Sobral, R.C. (1997). Redescobrimo a vida: Desfazendo e refazendo as relações de gênero. Em: Álvares, M. L. M. & Santos, E. F. (Orgs) *Desafios de Identidade Espaço-Tempo de Mulher* Belém: CEJUP/REDOR, 1997.